



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

(FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Rodrigo Fiúza de Almeida Santos

Impacto fiscal das medidas de enfrentamento à Covid-19 no Brasil e no mundo

Brasília - DF

2021

Rodrigo Fiúza de Almeida Santos

Impacto fiscal das medidas de enfrentamento à Covid-19 no Brasil e no mundo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Contabilidade Pública

Orientador: Marcelo Driemeyer Wilbert

Brasília - DF

2021

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais todo apoio e paciência no período de realização deste trabalho, por todo carinho e educação repassados ao longo de minha vida.

Aos meus irmãos, Felipe e Gabriela, por todas as brigas, experiências e ensinamento compartilhados.

Ao meu orientador professor Marcelo Driemeyer Wilbert pela ajuda pelas sugestões e conhecimentos, sem os quais não seria possível realizar este trabalho, pela disponibilidade e paciência demonstrada em todas as reuniões.

Aos meus amigos por todas as risadas e conversas ao longo dos anos, por todo apoio e felicidade demonstradas em minhas conquistas e principalmente por seguirem ao meu lado nessa jornada que é a vida.

Obrigado.

RESUMO

A pandemia da Covid-19 apresentou um cenário de alta instabilidade econômica no Brasil e no Mundo. Em uma amostra de 59 países buscou-se avaliar os impactos fiscais nas contas públicas causados pelas medidas de enfrentamento à Covid-19. A análise foi separada em duas fases, o caso Brasil no qual se analisou a evolução de indicadores fiscais como receitas e despesas primárias, resultado primário, DBGG e NFSP primária desde 1999 até 2020. E no caso Mundo foi realizada uma análise estática através gráficos de dispersão da relação entre indicadores como resultado primário, dívida bruta, gasto extra e renúncia de receita e créditos e garantias, dados retirados da base de dados do FMI, evidenciando o perfil da resposta fiscal dos países à pandemia no ano de 2020. Depois buscou-se analisar a evolução das variáveis resultado primário e dívida bruta nos anos de 2019 e 2020. Constatou-se um grande impacto gerado pela pandemia através de altos níveis de gastos das respostas fiscais adotadas pelo conjunto de países estudados.

Palavras-chave: Covid-19; Impacto Fiscal; Pandemia; Indicadores Fiscais;

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19.....	14
Tabela 2 – Medidas de renúncia de receita.....	15
Tabela 3 – Medidas de geração de despesa – Apoio social.....	16
Tabela 4 – Medidas de geração de despesa – Suporte aos entes subnacionais.....	17
Tabela 5 – Medidas de geração de despesa – Medidas de crédito.....	18
Tabela 6 – Medidas de geração de despesa – Manutenção dos empregos.....	20
Tabela 7 – Medidas de geração de despesa – Sanitárias de combate à Covid-19.....	21
Tabela 8 – Medidas de geração de despesa – Apoio médico-hospitalar.....	22
Tabela 9 – Medidas de geração de despesa – Despesas ministeriais adicionais.....	22
Tabela 10 – Comparativo 2019-2020, países desenvolvidos (em % PIB).....	49
Tabela 11 – Comparativo 2019-2020, países desenvolvidos (em % PIB).....	50
Tabela 12 – Comparativo 2019-2020, países desenvolvidos (em % PIB).....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de casos x mortes da Covid-19 no mundo.....	13
Gráfico 2 - Evolução do resultado primário acumulado em 12 meses do Governo Federal.....	30
Gráfico 3 - Evolução da NFSP primário acumulada em 12 meses do Governo Central.....	31
Gráfico 4 - Evolução das receitas (líquida de transferências) e despesas primárias do Governo Central.....	32
Gráfico 5 - Evolução da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG).....	32
Gráfico 6 - Impacto primário das medidas de combate à pandemia do Covid-19 (% PIB).....	33
Gráfico 7 - Impacto primário das medidas de combate à pandemia do Covid-19 (% Orçamento Total).....	34
Gráfico 8 - Relação entre gasto extra e renúncia de receita com resultado primário.....	36
Gráfico 9 - Relação entre gasto extra e renúncia de receita com resultado primário em países desenvolvidos.....	36
Gráfico 10 - Relação entre gasto extra e renúncia de receita com resultado primário em países emergentes.....	37
Gráfico 11 - Relação entre gasto extra e renúncia de receita com resultado primário em países subdesenvolvidos.....	38
Gráfico 12 - Relação entre créditos e garantias com resultado primário.....	39

Gráfico 13 - Relação entre créditos e garantias com resultado primário em países desenvolvidos.....	39
Gráfico 14 - Relação entre créditos e garantias com resultado primário em países emergentes.....	40
Gráfico 15 - Relação entre créditos e garantias com resultado primário em países subdesenvolvidos.....	41
Gráfico 16 - Relação entre gasto extra e renúncia de receita e a dívida bruta.....	41
Gráfico 17 – Relação entre gasto extra e renúncia de receita e a dívida bruta em países desenvolvidos.....	42
Gráfico 18 - Relação entre gasto extra e renúncia de receita e a dívida bruta em países emergentes.....	43
Gráfico 19 - Relação entre gasto extra e renúncia de receita e a dívida bruta em países subdesenvolvidos.....	43
Gráfico 20 - Relação entre créditos e garantias com a dívida bruta.....	44
Gráfico 21 - Relação entre créditos e garantias com a dívida bruta em países desenvolvidos....	45
Gráfico 22 - Relação entre créditos e garantias com a dívida bruta em países emergentes.....	46
Gráfico 23 - Relação entre créditos e garantias com a dívida bruta em países subdesenvolvidos.....	46
Gráfico 24 - Perfil da resposta fiscal adotada por bloco econômico.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Revisão de estudos aplicados.....	26
Quadro 2 - Variáveis utilizadas.....	28

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1	Papel do Estado	10
2.2	Pandemia da Covid-19	12
2.3	Ações do Governo Federal para a Covid-19	13
2.4	Revisão de Estudos Aplicados	23
3	METODOLOGIA	27
3.1	Dados.....	27
3.2	Método	29
4	RESULTADOS	30
4.1	Impacto das ações de enfrentamento à pandemia adotadas pelo Governo Federal brasileiro	30
4.2	Esforço de enfrentamento à pandemia e situação fiscal dos países.....	35
4.2.1	Gasto Extra e Renúncia de Receita versus Resultado Primário	35
4.2.2	Crédito e Garantias versus Resultado Primário.....	38
4.2.3	Gasto extra e renúncia de receita versus dívida bruta	41
4.2.4	Crédito e Garantia versus Dívida Bruta	44
4.2.5	Resposta Fiscal dos Países à Crise Gerada pela Covid-19.....	47
4.2.6	Comparativo da situação fiscal dos países entre 2019 e 2020.....	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICE A – LISTA DE PAÍSES ANALISADOS	59

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus impactou a economia mundial de maneira avassaladora, os efeitos devem ser sentidos por muitos anos, tanto pelas vidas perdidas nesses dois anos, quanto pela recessão econômica gerada, segundo dados obtidos junto à Organização Mundial da Saúde (OMS) ao todo foram contabilizados 239 milhões de casos por conta da doença.

A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo SARS-CoV-2, os principais sintomas são: febre, cansaço e tosse seca. Em alguns casos podem ocorrer dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Algumas pessoas são infectadas, mas apresentam apenas sintomas muito leves ou serem assintomáticas e ainda sim transmitirem o vírus. (OPAS, 2021).

O termo “novo normal” passou a escutado com maior frequência, indicando que haverá uma continuidade nas medidas de distanciamento social adotadas, nas novas medidas de higiene incorporadas à rotina e no uso de máscaras ao sair de casa. Medidas adotadas no início de 2020 que perduram ainda hoje por conta da alta transmissibilidade e surgimento de novas variantes do vírus.

A Covid-19 não trouxe somente mudanças de rotina e costumes, ela veio atrelada a uma queda na atividade econômica, as vendas reduziram, a produção reduziu, as empresas fecharam e o níveis de desemprego dispararam. Governos adotaram diversas medidas para mitigar os efeitos da pandemia na população. No Brasil adotou-se medidas que impactaram a arrecadação tributária, medidas que visaram apoiar a parcela mais carente da população, medidas visando a manutenção dos empregos, dentre outras adotadas ao longo do ano de 2020. As medidas adotadas tiveram grande impacto no orçamento público, ocasionando aumento no déficit primário e por conseguinte na dívida pública.

Diante desse cenário, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o impacto fiscal gerado pelas ações adotadas para minimizar os impactos econômicos e sociais da Covid-19?

A escolha deste tema se deu no intuito de fomentar e organizar dados econômicos e fiscais dos efeitos gerados pela pandemia, possibilitando a execução de novas pesquisas acerca do tema com a ampla disponibilidade de dados apresentada.

O objetivo definido é o de avaliar o impacto fiscal das ações para minimizar os efeitos econômicos e sociais da Covid-19, no Brasil e no Mundo, através de análise por estatística descritiva de indicadores fiscais disponibilizados por instituições como Banco Central do Brasil (BCB), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Economia e Fundo Monetário Internacional (FMI), construiu-se tabelas e gráficos que suportam à análise.

O presente estudo divide-se em cinco partes. A primeira é esta introdução que busca contextualizar sobre a pandemia do Covid-19 e seus impactos, apresentar o problema de pesquisa, justificar sua escolha e elencar o objetivo definido. Na segunda parte é realizada uma revisão da literatura acerca do tema, apresentando o papel do estado, o que foi a pandemia do Covid-19, a lista de medidas adotadas pelo Governo Federal no combate à pandemia e a revisão de estudos aplicados que auxiliaram na execução deste. A seguir é apresentada a metodologia, na qual detalha-se o método de análise e os dados apresentados. A quarta parte apresenta os resultados obtidos pela análise. Por fim, em sua última seção é apresentado as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Papel do Estado

Antes de se falar em papel do estado é importante entender como e o porquê de sua existência, segundo Matias-Pereira (2017) existem duas respostas clássicas, a da teoria dos naturalistas, na qual o Estado vem da necessidade humana enquanto ser social, e a da teoria dos contratualistas, onde o Estado é um acordo da vontade dos indivíduos, um contrato social.

Para os contratualistas antes de se constituir a sociedade civil existia um estado de natureza. Matias-Pereira (2017) cita dois autores dessa teoria: Thomas Hobbes e John Locke. Segundo Hobbes, esse estado de natureza se caracteriza pela desordem e injustiça, com isso os indivíduos por meio de um contrato social hipotético abdicaram do poder que possuíam, dando ao Estado poder ilimitado, em troca da garantia de estabilidade e segurança. Para Locke, os homens viviam em relativa paz e harmonia no estado de natureza, sendo a finalidade contrato social proteger a propriedade privada e preservar os direitos individuais possuídos no estado de natureza, cabendo ao Estado o poder de aplicar leis, a fim de garantir o respeito à liberdade individual.

Após a revolução industrial e a criação das sociedades capitalistas, o Estado viu seu papel reduzir a poucas intervenções. De acordo com Adam Smith, as funções do Estado deveriam limitar-se a assuntos como justiça, infraestrutura, educação da juventude e manter uma imagem respeitável de seu cargo (GIACOMONI, 2010).

Musgrave (1959), classificou as funções econômicas do Estado em três funções essenciais, alocativa, distributiva e estabilizadora.

A função alocativa trata sobre o fornecimento de bens públicos e a provisão de bens “semipúblicos”, a função distributiva trata sobre a distribuição de renda através de transferências impostos e subsídios e a função estabilizadora com objetivo em manter os níveis de emprego altos, estabilizar os preços e a manutenção de uma taxa de crescimento adequada (GIAMBIAGI e ALÉM, 2015).

Segundo Stiglitz (1999), o papel do estado é promover a educação, facilitar a estabilidade política, fomentar a tecnologia, oferecer suporte ao setor financeiro, investir em infraestrutura, promover a concorrência, prevenir a degradação ambiental, manter uma rede de seguridade social e promover o desenvolvimento sustentável. (MATIAS-PEREIRA, 2017)

Diante do exposto, o que diz a Constituição Federal acerca do papel do Estado? Segundo a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 3º, os objetivos fundamentais do Estado são: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Conforme exposto anteriormente as sociedades capitalistas inicialmente acreditavam que o Estado deveria ter poucas funções, acreditando assim, na existência de uma situação de “ótimo de Pareto”, onde a posição econômica de alguém sofre uma melhora sem que isso represente uma piora na situação de outrem, pois o próprio mercado se regulava.

Essa teoria foi contestada pela teoria do bem-estar social, segundo essa teoria o “ótimo de Pareto” é uma situação utópica, pois apesar do mercado se autorregular, existem situações denominadas de “falhas de mercado” que impedem a ocorrência de uma situação de “ótimo de Pareto”.

Giambiagi e Além (2015), detalham acerca das “falhas de mercado” como sendo representadas por seis situações, são elas: a existência de bens públicos, a existência de monopólios naturais, as externalidades, os mercados incompletos, as falhas de informação e a ocorrência de desemprego e inflação.

A existência de bens públicos classifica-se com uma falha de mercado, pois são bens que todos se beneficiam, não havendo exclusão de benefício nem possibilidade de identificar o uso individual de cada um, a falta de competitividade e a existência de “caronas”, pessoas que não desejam arcar com os custos do bem e ainda assim se beneficiam dele, desanima o setor privado de investir nesse tipo de bem. A existência de monopólios naturais exige do Estado dois tipos de ações possíveis, regular o preço dos bens produzidos, evitando práticas abusivas ou assumir a produção desses bens, para fornecê-los a sociedade a valores justos. As externalidades se caracterizam em casos em que a atuação de indivíduos ou empresas afeta outros agentes econômicos, podendo ser de forma positiva ou negativa, nesses casos o Estado pode intervir assumindo a produção ou concedendo subsídios, aplicando multas ou impostos e regulamentando a maneira de produção. Os mercados incompletos são aqueles onde bens e serviços não são ofertados mesmo que seu custo de produção seja abaixo do valor que a população do país pagaria por ele, essa falha de mercado acontece principalmente em países emergentes e a intervenção estatal se deve em assumir a produção ou em conceder créditos para que o setor privado se sinta seguro em assumi-las. As falhas de informação, faz com que o Estado intervenha introduzindo leis em favor de uma maior transparência, auxiliando assim na

tomada de decisão por indivíduos e agentes econômicos. A ocorrência de desemprego e inflação acontece o mercado não consegue solucionar essas falhas, com isso cabe ao Estado realizar a função estabilizadora para regular a inflação e aumentar os níveis de empregabilidade. (GIAMBIAGI e ALÉM, 2015).

2.2 Pandemia da Covid-19

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi notificada sobre o surto de uma grave pneumonia de origem desconhecida na cidade de Wuhan na China, identificada pelas autoridades chinesas como um novo tipo coronavírus em 9 de janeiro de 2020, nomeado posteriormente de Sars-Cov-2 (Síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2), causador da doença Covid-19.

No final de janeiro de 2020 a OMS declara que o surto do novo coronavírus constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (EPII), sendo apenas a sexta vez na história que é utilizado esse alerta (OPAS, 2021). Na data da emissão deste alerta havia 98 casos e nenhuma morte fora da China, o epicentro da doença naquele momento (OMS, 2020). Em fevereiro o Brasil registra o primeiro caso de Covid-19. Com o alto nível de propagação da doença através do mundo, a OMS em 11 de março de 2020 caracterizou a Covid-19 como uma pandemia, dois dias depois o Diretor-Geral da OMS afirma que a Europa é o novo epicentro da doença. Segundo a Fiocruz (2021), pandemia é quando uma epidemia, com transmissão comunitária entre pessoas, se espalha por diversos continente.

Em abril, prevendo grandes impactos econômicos e uma recessão sem precedentes, António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), declara a pandemia da Covid-19 como o maior desafio desde a segunda guerra mundial. (BBC, 2020).

Diante desse cenário, como é transmitido o vírus? A transmissão se dá de três modos: contato, gotículas e aerossol. Transmissão por contato se dá quando uma pessoa entra em contato com uma superfície ou pessoa contaminada e leva a parte contaminada à boca, olhos ou nariz. A transmissão por gotículas e a pôr aerossol se dá por via aérea, quando uma pessoa infectada tosse ou espirra, expelindo gotículas contendo o vírus no ar, a diferença entre esses modos de transmissão é a distância alcançada pelas gotículas, no caso dos aerossóis, por serem gotículas menores podem ficar suspensas no ar por um período elevado e serem levadas a distâncias maiores pelo vento. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

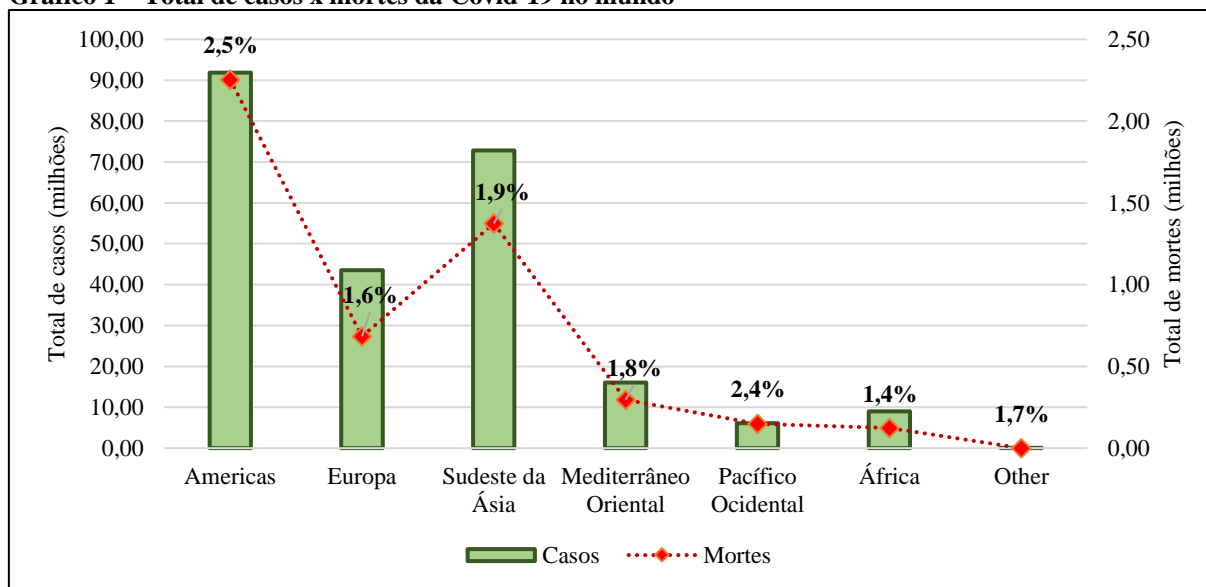
Por conta do alto risco de disseminação da doença, países de todo mundo se viram obrigados a adotar medidas visando proteger sua população e reduzir a propagação do vírus. O

Ministério da Saúde (2021), estabelece as seguintes medidas de prevenção: o distanciamento social, higienização das mãos, etiqueta respiratória, uso de máscaras, limpeza e desinfecção de ambientes, isolamento de casos suspeitos e confirmados e quarentena em caso de contato com pessoas infectadas.

Dentre as medidas adotadas por governos em diversos países, destaca-se o lockdown, por ser a medida mais eficiente para evitar a disseminação do vírus e a com maior impacto na economia. Segundo o DASA (2021), lockdown é a versão mais rígida do distanciamento social, consistindo em restringir a circulação da população em lugares públicos, acarretando fechamento de comércios, parques, restaurantes, dentre outros estabelecimentos públicos e privados, mantendo em funcionamento apenas àqueles listados como essenciais. O descumprimento dessa medida pode ocasionar em multas a depender das regras do governo local.

Até a data deste presente trabalho ao todo foram infectados pelo novo coronavírus 239,4 milhões de pessoas ao redor do mundo, sendo destas cerca de 4,8 milhões de mortes. O Gráfico 1 traz a relação de casos e mortes por região.

Gráfico 1 – Total de casos x mortes da Covid-19 no mundo



Fonte: Elaboração própria com base em OMS (2021)

2.3 Ações do Governo Federal para a Covid-19

As ações de enfrentamento dos efeitos da pandemia do Covid-19 pelo Governo Federal envolveram ações que impactaram receitas ou geraram despesas. As tabelas a seguir ilustram as medidas adotadas que tiveram efeito no resultado primário. Na Tabela 1 apresenta-se um

panorama geral dos impactos dessas medidas em bilhões de reais. Por essa tabela percebe-se que foi estimado um impacto primário de R\$632,7 bilhões em 2020, dos quais foram pagos R\$549,8 bilhões, cerca de 91% do valor estimado, dentre essas medidas R\$28,8 bilhões representaram impacto na receita primário e R\$521 bilhões impactaram as despesas.

Tabela 1 – Medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19

Medidas com impacto no resultado primário	Dotado (R\$ bilhões)	Pago (R\$ bilhões)
Medidas de Renúncia de Receita	-28,8	-28,8
Medidas de Apoio Social	322,4	293,5
Medidas de Apoio aos Entes Subnacionais	104,6	102,7
Medidas de Crédito	78,9	69,9
Medidas de Manutenção dos Empregos	51,5	33,5
Medidas Sanitárias de Combate à Covid-19	26,1	3,9
Medidas de Apoio Médico-Hospitalares	13,6	12,5
Despesas Ministeriais Adicionais	6,8	5,0
Total	632,7	549,8

Fonte: Elaboração própria com base em Ministério da Economia (2020)

A seguir é apresentado o detalhamento das medidas citadas na Tabela 1. Em relação às medidas com impacto na receita, abrangeu-se reduções temporárias de tributos e suspensão temporária do pagamento de dívidas (Tabela 2).

De acordo com a Tabela 2 houve uma perda de R\$28,8 bilhões de reais de receita em 2020 com medidas de combate à Pandemia do Covid-19, representado 100% do valor estimado em renúncia de receita. Essas medidas representaram cerca de 5,2% do impacto no resultado primário. Dentre as medidas apresentadas na Tabela 2 detalham-se, abaixo, as quatro medidas com maior impacto na Receita.

A redução da alíquota do IOF crédito a zero nas operações de créditos contratadas (Decreto 10.305/2020), medida adotada em 03 abril de 2020 sendo prorrogada até 31 de dezembro do mesmo ano (Decreto 10.572/2020).

Tabela 2 - Medidas de Renúncia na Receita

Medidas de renúncia de receita	Dotado (R\$ bilhões)	Pago (R\$ bilhões)
Redução temp. do IOF crédito – <i>Decreto 10.305, 10.414, 10.504, 10.551, 10.572</i>	-21,6	-21,6
Redução temp. a zero das alíquotas de importação bens de uso médico-hospitalar - <i>Resolução Camex 17, 22, 28, 31, 32, 33, 44, 51, 67, 75</i>	-3,2	-3,2
Redução temp. a zero das alíquotas de importação via postal ou aérea - Regime de Tributação Simplificada – <i>Portaria ME 158, 194</i>	-1,3	-1,3
Desoneração temp. de IPI para bens necessários ao combate ao Covid-19 – <i>Decreto 10.285, 10.302, 10.503</i>	-1,3	-1,3
Suspensão de Pagamento de Dívidas Previdenciárias – <i>Lei Complementar 173; Portaria RFB 1.072</i>	-0,8	-0,8
Desoneração temp. de PIS/COFINS (sulfato de zinco para medicamentos) – <i>Decreto 10.318</i>	-0,6	-0,6
Total	-28,8	-28,8

Fonte: Elaboração própria com base no em Ministério da Economia (2020)

Outra medida adotada foi a redução das alíquotas de importação de bens de uso médico-hospitalar no combate a pandemia do Covid-19. Essa medida visou facilitar o combate à pandemia, sendo adicionado novos medicamentos a cada resolução apresentada pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Essa medida foi acompanhada da redução das alíquotas de importação via postal ou aérea. Medida decretada pela Portaria ME 158/2020 que garantia alíquota zero para os medicamentos listados pelas resoluções da CAMEX caso estes chegassem ao Brasil por remessa postal ou encomenda aérea internacional. No somatório essas medidas representaram uma renúncia de R\$4,5 bilhões de receita. Por fim, das medidas apresentadas na Tabela 1, é detalhada a desoneração temporária o IPI para bens necessários ao combate da pandemia. Segundo Decreto 10.285/2020 de março de 2020 que reduziu a zero as alíquotas do IPI para produtos como Álcool 70% e gel, desinfetantes, máscaras de proteção, entre outros produtos necessários para combater à Covid-19, sendo prorrogada até janeiro de 2021 (Decreto 10.503/2020).

Seguindo para as medidas de geração de despesa, conforme evidenciado acima (Tabela 1), as medidas de apoio social, tiveram o maior impacto no resultado primário. Destaca-se, pela Tabela 3, o Auxílio Emergencial que representou 99,8% dessas medidas.

Tabela 3 – Medidas de geração de despesa – Apoio Social

Medidas de Apoio Social	Dotado (R\$ bilhões)	Pago (R\$ bilhões)
Auxílio Financeiro Emergencial (R\$ 600,00 por 5 meses) e Auxílio Residual - <i>MPV 937, 956, 970, 988; Lei 13.982, MP 999, 1000</i>	321,8	292,9
Ampliação do Programa Bolsa Família - <i>MPV 929</i>	0,4	0,4
Suspensão das Parcelas de Empréstimos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) - <i>Lei 13.998, Lei 14.024</i>	0,2	0,2
Total	322,4	293,5

Fonte: Elaboração própria com base em Ministério da Economia (2020)

A seguir discorre-se acerca de cada uma das medidas de apoio social. Iniciando com a principal medida de apoio social adotada, o Auxílio Emergencial, que trouxe o pagamento de parcelas de R\$600,00 por cinco meses, de abril a setembro, para pessoas em situação de vulnerabilidade devido à pandemia da Covid-19, sendo trabalhadores informais, Microempreendedores Individuais (MEI), autônomos e desempregados, o foco desta medida (Lei 13.982/2020). Após setembro foi criado o Auxílio Emergencial Residual, que garantiu aos mesmos grupos o pagamento de parcelas no valor de R\$300,00 por mais quatro meses, sendo instituído em 02 de setembro até 31 dezembro de 2020 (MPV 1.000/2020). Arelada a esta medida, houve a ampliação do Bolsa Família, que aumentou o número de famílias beneficiadas pelo programa, visando proteger a população vulnerável, dando maior poder de compra a esse grupo (MPV 929/2020). Por fim, instituiu-se a Suspensão das parcelas do FIES para estudantes adimplentes até o dia 20 de março e aqueles que estavam com atraso de parcelas até o máximo 180 dias antes desta data, medida essa que perdurou até o fim do estado de calamidade pública em 31 de dezembro de 2021 (Lei 14.024/2020). Segundo o Art. 2º da resolução nº 38/2020 do FNDE, as parcelas trimestrais ou de amortização suspensas serão incorporadas ao saldo devedor do contrato do estudante financiado, nos termos e condições contratados.

A Tabela 4 a seguir detalha as medidas de Suporte aos Entes Subnacionais, segundo Art. 18 da Constituição Federal são eles: Estados, Municípios e o Distrito Federal (BRASIL, 1988). Dentre as medidas adotadas destacam as quatro de maior impacto no orçamento.

Segundo MPV 978/2020, foi definido um auxílio financeiro no valor de R\$60 bilhões aos entes subnacionais pagos em quatro parcelas destinados a atender o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), estabelecido pela Lei Complementar 173/2020.

Tabela 4 – Medidas de geração de despesa – Suporte aos entes subnacionais

Medidas de Suporte aos Entes Subnacionais:	Dotado (R\$ bilhões)	Pago (R\$ bilhões)
Auxílio Financeiro Emergencial Federativo (4 meses) - <i>MPV 978; Lei Complementar 173</i>	60,2	60,1
Auxílio a Estados e Municípios - Compensação FPE e FPM - <i>MPV 939; Lei 14.041</i>	16,0	15,1
Transferências adicionais a Estados, Municípios e Distrito Federal para financiamento das ações de saúde - <i>MPV 969</i>	10,0	9,8
Auxílio a Estados e Municípios - Transferência ao Fundo Nacional da Saúde - <i>MPV 940</i>	8,9	8,8
Apoio Emergencial do Setor Cultural - <i>MPV 990; Lei 14.017</i>	3,0	3,0
Suplementação à Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - <i>MPV 953</i>	2,5	2,5
Auxílio Financeiro às Santas Casas e Hospitais sem Fins Lucrativos (complementar SUS) - <i>MPV 967; Lei 13.995</i>	2,0	1,4
Auxílio a Estados e Municípios - Transferência Saúde - <i>Emendas Parlamentares; Lei 14.032</i>	2,0	2,0
Total	104,6	102,7

Fonte: Elaboração própria com base em Ministério da Economia (2020)

Outra medida adotada foi a garantia de que nos meses de março a junho de 2020 o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebam parcelas do mesmo patamar nominal de recursos disponibilizados em igual período do ano anterior a fim de assegurar os serviços públicos fornecidos, evitando que sejam prejudicados pela pandemia (MPV 939/2020). A MPV 969/2020 possibilitou transferência de recursos a Estados, Municípios e Distrito Federal no intuito de garantir o financiamento das ações de saúde necessárias no combate à pandemia, essa transferência se deu via Fundo Nacional de Saúde, sendo transferidos diretamente aos fundos dos entes. Por fim detalha-se a MPV 940 que possibilitou transferências fundo a fundo a Estados, Municípios e Distrito Federal, necessárias para a oferta de testes diagnósticos, produção de medicamentos, estruturação e operacionalização de centrais analíticas para diagnóstico da doença, construção e operação de centro hospitalar de atenção e apoio às pesquisas clínicas para pacientes graves, aquisição de equipamentos para leitos de cuidado intensivo (monitores e ventiladores pulmonares), custeio de serviços de atenção especializada, em especial leitos de terapia intensiva e de unidades de urgência e emergência, ampliação do número de profissionais da saúde em atuação no Sistema

Único de Saúde, contratação de serviço de teleatendimento pré-clínico remoto em caráter excepcional.

A Tabela 5 a seguir, detalha quais foram as medidas de crédito adotadas pelo governo brasileiro no combate à pandemia. Tais medidas chegaram a representar 12,71% do impacto no resultado primário, ao todo gastou-se R\$69,9 bilhões em medidas de crédito para minimizar os efeitos da pandemia da Covid-19.

Dentre as medidas tomadas, destacam-se quatro programas criados para facilitar o acesso à crédito por empresas, são eles: Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), os Programas Emergenciais de Acesso à Crédito, tanto na modalidade de garantia (PEAC - FGI), quanto na modalidade de garantia de recebíveis (PEAC - Maquininhas) e o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE).

Segundo a Lei 13.999/2020 que instituiu a criação do Pronampe, o programa é destinado às microempresas e empresas de pequeno porte, podendo ser contratadas linhas de crédito correspondentes até 30% da receita bruta anual calculada com base no exercício anterior ou até 50% no caso de empresas com menos de um ano de funcionamento. O prazo para pagamento definido foi de até 36 meses, dos 8 meses poderão ser de carência. As instituições financeiras que aderiram ao programa terão garantia de 85% do valor da operação junto ao Fundo Garantidor de Operações (FGO) em caso de inadimplência. A taxa de juros definidas foi a taxa Selic, mais 1,25% para operações concedidas até 31 de dezembro de 2020 ou mais 6% para operações a partir de 1 de janeiro de 2021.

Tabela 5 – Medidas de geração de despesa – Medidas de Crédito

Medidas de Crédito	Dotado (R\$ bilhões)	Pago (R\$ bilhões)
Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) - MPV 972, 997, 1.020; Lei 13.999, 14.042	38,1	38,1
Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Fundo Garantidor para Investimentos (PEAC - FGI) - BNDES - MPV 975, 977	20,0	20,0
Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC) - Maquininhas - MPV 1.002; Lei 14.042	10,0	5,0
Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Folha de Pagamentos - PESE Funding União) - MPV 943; Lei 14.043	6,8	6,8
Expansão FGI; Lei 14.042	4,0	0,0
Total	78,9	69,9

Fonte: Elaboração própria com base em Ministério da Economia (2020)

Segundo a Lei 13.999/2020 que instituiu a criação do Pronampe, o programa é destinado às microempresas e empresas de pequeno porte, podendo ser contratada linhas de crédito correspondentes até 30% da receita bruta anual calculada com base no exercício anterior ou até 50% no caso de empresas com menos de um ano de funcionamento. O prazo para pagamento definido foi de até 36 meses, dos 8 meses poderão ser de carência. As instituições financeiras que aderiram ao programa terão garantia de 85% do valor da operação junto ao Fundo Garantidor de Operações (FGO) em caso de inadimplência. A taxa de juros definidas foi a taxa Selic, mais 1,25% para operações concedidas até 31 de dezembro de 2020 ou mais 6% para operações a partir de 1 de janeiro de 2021.

Seguindo com as medidas de crédito, detalham-se os PEACs. O primeiro é o PEAC-FGI, garantido via Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), administrado pelo BNDES. Segundo Lei 14.042/2020, esta modalidade de acesso a crédito destinou-se a empresas de pequeno e médio porte com faturamento mínimo de R\$360.000,00 e máximo de R\$300.000.000,00 no ano de 2019. Foram elegíveis à garantia do PEAC-FGI as operações de crédito com prazo mínimo de 12 meses e máximo de 60, com período de carência de 6 a 12 meses, a taxa de juros acordada nas operações ficou limitada 1,0% ao mês. O FGI arcará com até 30% do valor liberado para a operação em caso de inadimplência. A segunda modalidade, também instaurada pela Lei 14.042/2020, foi o FGI-Maquinhas que possuía garantia por cessão fiduciária de recebíveis, sendo assim, não houve necessidade de garantia real, aval ou fiança por parte das empresas. Nessa modalidade, as receitas futuras de vendas das maquininhas pela empresa serviam como garantia, sendo recolhido diariamente, após o período de carência, 8% das vendas realizadas na maquininha para pagamento da parcela da operação. Essas operações foram isentas de tarifas e encargos, sendo limitadas a um teto de R\$50.000,00 por contratante, possuindo prazo máximo de 36 meses para quitação do crédito concedido e 6 meses de carência para realização do pagamento. Sendo essas operações realizadas com dinheiro integralmente vindo da União e o agente financeiro das operações foi o BNDES que selecionou instituições financeiras, nas deveriam ser contratadas as operações.

Por último nas medidas de créditos detalha-se o PESE, programa de acesso a crédito para financiamento da folha de pagamento de empresas com receita bruta anual no ano de 2019 entre R\$360.000,00 e R\$50.000.000,00. As linhas de crédito concedidas abrangerão até 100% da folha de pagamento do contratante pelo período de quatro meses, limitada a até duas vezes o salário-mínimo por empregado, devendo as empresas não rescindir o contrato de trabalho, sem justa causa, pelo período entre a data da contratação e sexagésimo dia após a liberação dos valores referentes a última parcela da linha de crédito. A MPV 943/2020, instituiu o PESE em

abril de 2020, podendo ser contratadas linhas de crédito até 31 de outubro do mesmo ano, sendo 85% do valor de cada financiamento custeados pela União. Os financiamentos deverão ter taxa de juros de 3,75% ao ano, um prazo máximo de 36 meses para quitação, sendo 6 meses de carência.

Nas medidas de manutenção do emprego, conforme Tabela 6, adotou-se o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda que representou cerca de 6,4% das medidas de geração de despesa para combate da Covid-19.

Tabela 6 – Medidas de geração de despesa – Manutenção dos empregos

Medidas de Manutenção dos Empregos	Dotado (R\$ bilhões)	Pago (R\$ bilhões)
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda – <i>MPV 927, MPV 935; Lei 14.020</i>	51,5	33,5
Total	51,5	33,5

Fonte: Elaboração própria com base em Ministério da Economia (2020)

Segundo a MPV 927/2020, foi estabelecido que durante o estado de calamidade, podem ser tomadas medidas para manutenção dos empregos tais como, o teletrabalho, antecipação das férias e feriados, banco de horas, diferimento do recolhimento do FGTS, entre outras medidas. Outra determinação foi a Lei 14.020/2020 que trouxe a possibilidade de redução e suspensão das cargas horárias pelo período de 90 e 60 dias respectivamente. Nestes casos o empregado teve direito ao Benefício Emergencial pago pelo Governo Federal, proporcionalmente à redução de sua jornada, que pôde ser reduzida em 25%, 50%, 70% e 100% (no caso de suspensão).

Na Tabela 7 a seguir, detalham-se os valores das medidas sanitárias de combate à Covid-19, cabe ressaltar que essa categoria é representada por gastos com esforços no tocante à aquisição de testes e vacinas e/ou facilitação do acesso a estes. Segundo Relatório de Gastos com a Covid-19 apresentado pelo Ministério da Economia, destaca-se o que orçou-se gastar R\$26,1 bilhões, porém sendo pago apenas R\$3,9 bilhões em 2020, cerca de 14,9% dessas medidas adotadas, impactando cerca 0,7% do resultado primário.

Segundo a MPV 1015/2020, estabelecida em 17 de dezembro, foi aberto crédito extraordinário de R\$20 bilhões com objetivo de financiar a aquisição das doses necessárias da

vacina da população brasileira, assim como despesas com insumos, logística, comunicação social e publicitária e outras necessidades para implementar a imunização contra a Covid-19.

Tabela 7 – Medidas de geração de despesa – Sanitárias de combate à Covid-19

Medidas Sanitárias de Combate à Covid-19:	Dotado (R\$ bilhões)	Pago (R\$ bilhões)
Plano Nacional de Imunização da População Brasileira contra o coronavírus (Covid-19) - <i>MPV 1.015</i>	20,0	0,0
Crédito Ministério da Saúde para ampliar aquisição de testes da Covid-19 - <i>MPV 967</i>	3,6	3,1
Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility - <i>MPV 1.004</i>	2,5	0,8
Total	26,1	3,9

Fonte: Elaboração própria com base em Ministério da Economia (2020)

Seguindo com as medidas sanitárias de combate à pandemia, apresenta-se a MPV 967/2020, medida adotada em 19 de maio de 2020, visando ampliar a capacidade de realização de testes para a detecção do vírus SARS-CoV-2. No total foram ofertados 41 milhões de testes adicionais. Por fim, detalha-se a MPV 1004/2020 que viabilizou o ingresso do Brasil no Covax Facility, iniciativa da OMS que assegura aos países um acesso justo e equalitário às vacinas contra a Covid-19.

Na Tabela 8 a seguir, ampliam-se as medidas de apoio médico-hospitalares que representaram um gasto de R\$12,5 bilhões, cerca de 2,3% das medidas de combate à pandemia da Covid-19 com impacto no resultado primário.

A principal medida adotada foi a ampliação de recursos para os ministérios da saúde e educação para aquisição de insumos médico-hospitalares. Segundo a MPV 924/2020 foi aberto crédito extraordinário para os ministérios da educação e da saúde, o primeiro para aquisição de insumos hospitalares para o hospital de clínicas de porto alegre (HCPA) e para Empresa brasileira de serviços hospitalares (EBSERH) responsável pela administração de diversos hospitais universitários. O segundo para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) contra a Covid-19, para treinamento e capacitação dos agentes de saúde, compra de testes para detecção do vírus, para disponibilização de leitos de UTI e para apoio financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios na implementação de medidas de assistência à saúde.

Tabela 8 – Medidas de geração de despesa – Apoio médico-hospitalar

Medidas de Apoio Médico-Hospitalar	Dotado (R\$ bilhões)	Pago (R\$ bilhões)
Ampliação de recursos para a Saúde e Educação para aquisição de insumos médico-hospitalares - <i>MPV 924</i>	4,9	4,8
Transferência Suplementar ao Fundo Nacional da Saúde - <i>MPV 976</i>	4,5	4,3
Transferência ao Fundo Nacional da Saúde - Comprar de EPI e Respiradores - <i>MPV 947</i>	2,6	2,5
Realocações Covid-19	1,3	0,9
Contratação de cerca de cinco mil profissionais de saúde por tempo determinado (MS) - <i>MPV 970</i>	0,3	0,0
Total	13,6	12,5

Fonte: Elaboração própria com base em Ministério da Economia (2020)

Seguindo com as medidas detalham-se as transferências ao Fundo Nacional da Saúde que tiveram por objetivo o repasse de recursos a Estados, Municípios e o Distrito Federal, a fim de adquirir EPI e ventiladores pulmonares (MPV 947/2020) e para custear os serviços de saúde, as bolsas aos estudantes universitários que atuaram no SUS e para ampliação da conectividade à Internet nas unidades de atenção primária em caráter emergencial (MPV 976/2020). Por fim detalha-se a MPV 970, que determinou a contratação de cerca de cinco mil profissionais da saúde por tempo determinado afim de atender às necessidades causadas pela pandemia.

Por último dentre as medidas de geração de despesa, a Tabela 9 nos traz as despesas ministeriais adicionais em detalhe. Tais despesas que representam cerca de 0,9% do impacto primário gerado para custear os efeitos da Covid-19.

Tabela 9 – Medidas de geração de despesa – Despesas ministeriais adicionais

Despesas Ministeriais Adicionais	Dotado (R\$ bilhões)	Pago (R\$ bilhões)
Crédito Extraordinário Ministérios - <i>MPV 921, 929, 940, 941, 942, 962, 965, 985, 989, 991, 994, 1001, 1007, 1008; Lei 14033, 14114</i>	5,4	3,8
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético (Tarifa Social) - <i>MPV 949</i>	0,9	0,9
Cidadania - Segurança Alimentar e Nutricional - <i>MPV 957</i>	0,5	0,3
Total	6,8	5,0

Fonte: Elaboração própria com base em Ministério da Economia (2020)

Dentre as medidas da Tabela 9, destalam-se duas. A primeira regida pela MPV 949/2020, visou alterar as regras da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), isentando as famílias de baixa renda com consumo de até 220 kWh/mês das tarifas energéticas por um período de três meses. A segunda medida a ser detalhada tem base na MPV 957/2020 que abriu crédito extraordinário ao ministério da cidadania para ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) atingindo 85.250 agricultores familiares. Programa este que, compra alimentos produzidos por agricultores familiares, com dispensa de licitação, e os destina a entidades de assistência social e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Diante do exposto nas tabelas acima, é possível verificar que no ano de 2020 orçou-se gastar R\$603,9 bilhões de reais em despesas primárias no combate à pandemia, das quais foram pagas cerca de 86,3%, um total de R\$521,1 bilhões. Dentre as medidas, é notável o impacto causado pelo Auxílio Emergencial e Residual representando cerca de 56,3% das despesas primárias no combate ao Covid-19. É notório também, o gasto com suporte aos entes subnacionais chegando a representar 19,7% das despesas pagas, um total de R\$102,7 bilhões de reais. (Tabela 4). Conforme a Secretário do Tesouro Nacional (STN), em 2020 o Brasil apresentou um déficit primário de cerca R\$743,1 bilhões, dos quais R\$549,8 bilhões referentes a medidas de enfrentamento à pandemia do Covid-19, o que representou cerca de 74% do déficit primário. Com isso, estima-se que caso o Brasil não fosse afetado pela pandemia, excluindo-se impactos indiretos gerados, o déficit primário em 2020 seria de R\$193,3 bilhões de reais.

2.4 Revisão de Estudos Aplicados

Nesta seção encontra-se os estudos que elucidaram a execução do presente trabalho, dentre os temas abordados estão: efeitos da arrecadação tributária, impacto social da pandemia na América Latina, equilíbrio fiscal das capitais brasileiras, financiamento do déficit fiscal federal, impactos fiscais, orçamentários e patrimoniais das medidas tomadas pelo governo brasileiro para combater à pandemia do Covid-19 e a resposta fiscal global à Covid-19.

Fujiwara, Chropacz e Offmann (2020) trouxeram uma visão panorâmica dos efeitos da pandemia na arrecadação tributária, utilizando aplicação de questionários em fiscais e auditores fiscais municipais, essa pesquisa exploratória buscou entender a percepção do corpo de auditores municipais sobre a queda da arrecadação tributária em seus municípios. Através das respostas dadas, identificou-se que 89,8% dos auditores perceberam problemas de arrecadação.

Blofield e Filgueira (2020), trouxeram em abril de 2020, uma análise do impacto social a ser causado pela crise do coronavírus nos países da América Latina. Os autores indicam que

por mais que no ponto de vista médico, a população mais vulnerável são crianças e idosos, nos países latino-americanos mais de metade da população economicamente ativa trabalha no setor informal e se beneficia de programas de proteção social. Foi realizada uma análise em nove países da região que indicou a rápida resposta dos governos para fornecer assistência emergencial. Por fim foi estimado em 18 países latino-americanos o custo fiscal de garantir a cada criança e idosos em situação vulnerável uma renda até a linha de pobreza pelo período de três meses (período que se acreditava que duraria a crise do Covid-19). Nos países mais desenvolvidos, indicou-se que esse esforço representava menos de 0,5% do PIB e em apenas dois países representava mais de 2% do PIB.

Pereira, Cialdini, Machado e Macedo (2021) verificaram o equilíbrio fiscal das capitais brasileiras durante a pandemia, realizando uma pesquisa descritiva e documental, com abordagem quantitativa. A metodologia utilizada para o cálculo do equilíbrio fiscal foi a da Frente Nacional dos Prefeitos, na qual:

$$\text{Indicador de Equilíbrio Fiscal} = \frac{\text{Receita Corrente} - (\text{Despesa Corrente} + \text{Amortizações da Dívida})}{\text{Receita Corrente}}$$

Os resultados revelaram que no primeiro bimestre de 2020 houve maior desequilíbrio financeiro, em conta do empenho das despesas com amortização de dívidas dos municípios. Entretanto nos bimestres seguintes não houve alterações significativas ao se comparar com o mesmo período de 2019, para os autores a Lei Complementar nº 173/2020 foi de grande influência para a estabilização do indicador, tendo em vista que ela suspendeu o pagamento das dívidas contratadas entre União e Municípios (BRASIL, 2020).

Gutierrez, Licha (2021) analisaram o financiamento do déficit fiscal brasileiro no ano de 2020, evidenciando que nos meses iniciais de pandemia havia grande aversão a risco por parte dos investidores, resultando numa baixa de títulos públicos o que levou o Governo Federal a financiar o déficit fiscal através da Conta Única do Tesouro Nacional. O Banco Central do Brasil utilizou-se de operações compromissadas para evitar a queda da taxa SELIC, o que resultou em um ajuste nos portfólios dos investidores que passaram a adquirir esses ativos.

Carqueija, Souza, Silva, Costa e Silva (2021) objetivaram trazer os impactos fiscais, orçamentários e patrimoniais ocasionados pelas medidas de combate à pandemia da COVID-19. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa. Segundo os autores o impacto fiscal ocasionado chegou a um déficit primário de R\$877,8 bilhões, financiados pelo aumento do endividamento, havendo, assim, um distanciamento das metas fiscais, por conta da flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Makin, Layton (2020) analisaram a resposta global fiscal à Covid-19, buscando comparação com outras crises na história, principalmente, comparando os efeitos fiscais projetados pelo FMI para o ano de 2020 com os efeitos da crise financeira de 2008. Os autores enfocaram nos riscos atrelados aos níveis elevados da dívida pública que a crise do coronavírus trouxe, concluindo que será necessária uma consolidação fiscal, a despeito de estímulos fiscais, para lidar com o impacto fiscal dessa crise.

Orair (2021) buscou analisar a resposta emergencial do Brasil e do mundo ao que ele chama de tripla crise (sanitária, social e econômica) gerada pelo Covid-19. O autor elucida a celeridade que o país aprovou mudanças que suspenderam as regras fiscais, constituindo um “orçamento de guerra”. Porém apesar da resposta rápida do ponto de vista fiscal-orçamentário, segundo o autor, o Brasil não pode ser considerado um caso de sucesso, apresentando o décimo maior pacote fiscal, a décima maior perda de PIB e a sétima maior incidência de mortes, numa análise de trinta países que representam cerca de 70% da população mundial e 80% do PIB. A análise traz que em termos de mortes os melhores resultados foram dos países do Sudeste Asiático e do Pacífico Ocidental, havendo, segundo o autor, no restante dos países dois tipos de correlação: quanto maior a incidência de mortes, maior a perda de PIB e quanto maior a incidência de mortes, maior o tamanho dos pacotes fiscais.

Quadro 1 – Revisão de estudos aplicados

Trabalho	Objetivo	Dados e método	Principais resultados
Administração tributária municipal e a covid-19: um estudo do impacto nas receitas tributárias e nos serviços públicos	Efeitos da pandemia na arrecadação tributária	Com aplicação de questionários visou-se entender a percepção do corpo de auditores municipais sobre a queda da arrecadação tributária em seus municípios	89,8% dos auditores perceberam problemas de arrecadação
COVID19 and Latin America: Social Impact, Policies and a Fiscal Case for an Emergency Social Protection Floor	Analisar o impacto social a ser causado pela crise do coronavírus nos países da América Latina	Numa amostra de 18 países, estimou-se por fim o custo fiscal de garantir a cada criança e idosos uma renda até a linha da pobreza.	Nos países mais desenvolvidos, esse esforço representava menos de 0,5% do PIB e em apenas dois países representava mais de 2% do PIB.
Equilíbrio fiscal em tempos de pandemia: estudo nas capitais das unidades federativas do Brasil	Verificar o equilíbrio fiscal das capitais brasileiras durante a pandemia	Classificada como pesquisa descritiva e documental, com abordagem quantitativa. O método de análise foi o Indicador de equilíbrio fiscal utilizado pela Frente Nacional dos Prefeitos	No primeiro bimestre de 2020 houve maior desequilíbrio financeiro, entretanto nos bimestres seguintes não houve alterações significativas
O financiamento do déficit fiscal brasileiro na pandemia do Covid-19	Analisar o financiamento do déficit fiscal brasileiro no ano de 2020	Análise por indicadores de aversão ao risco e teste de hipótese.	A pandemia afetou o financiamento do déficit fiscal brasileiro e as operações compromissadas cumpriram um papel fundamental durante um período de estresse financeiro.
Principais impactos dos gastos públicos com o enfrentamento à pandemia: uma análise prévia dos aspectos contábeis e do cenário econômico do Brasil	Verificar os impactos fiscais, orçamentários e patrimoniais ocasionados pelas medidas de combate à pandemia da COVID-19	Pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa	Um impacto fiscal de R\$877,8 bilhões no déficit primário, financiados pelo aumento do endividamento.
The global fiscal response to COVID-19: Risks and repercussions	Analisar a resposta global fiscal à Covid-19, em comparativo com a da crise financeira de 2008	O método utilizado foi comparar a resposta fiscais das duas crises e realçar o impacto nos orçamentos e dívidas públicas.	Será necessária uma consolidação fiscal em diversos países do Mundo para suprir os efeitos gerados.
Política fiscal e resposta emergencial Do Brasil à pandemia	Analisar a resposta emergencial do Brasil e do mundo à crise da Covid-19	Uso de esquema analítico da OCDE e aplicá-lo ao Brasil, comparando a resposta com o resto do Mundo.	Quanto maior a incidência de mortes, maior a perda de PIB e quanto maior a incidência de mortes, maior o tamanho dos pacotes fiscais.

Fonte: Elaboração própria.

3 METODOLOGIA

Este estudo é uma pesquisa exploratória. Segundo Gil (2002), o propósito é de proporcionar familiaridade com o tema visando a descoberta de percepções. Relembra-se que o objetivo deste estudo é o de avaliar o impacto fiscal das ações para minimizar os efeitos econômicos e sociais da Covid-19, no Brasil e no Mundo. Para o caso do Brasil, foram analisadas as medidas de enfrentamento à Covid-19 e indicadores fiscais. No caso da análise para a amostra de países ao redor do mundo se considerou os gastos extras, renúncias de receitas, créditos e garantias concedidos e indicadores fiscais.

3.1 Dados

Com o intuito de avaliar o impacto fiscal gerado pela crise do coronavírus no Brasil, primeiramente listou-se as medidas adotadas pelo Governo Federal durante o ano de 2020 obtidas no site do Ministério da Economia (<https://www.gov.br/economia/pt-br>), essas medidas foram alocadas em oito categorias a serem detalhadas na seção 3.2. A segunda parte foi a obtenção dos dados de indicadores fiscais, os dados de resultado primário, receitas e despesas primárias em percentual do PIB que fomentaram as análises dos Gráficos 2 e 4 foram obtidos no site do Tesouro Nacional Transparente (<https://www.tesourotransparente.gov.br/>), os dados dos indicadores de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) e Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), foram obtidos através do site do Banco Central do Brasil (BCB) (<https://www.bcb.gov.br>). Todos os indicadores foram analisados com base no de 2020.

A fim de se realizar um comparativo internacional dos efeitos gerados pela Covid-19, utilizou-se uma lista de 59 países (Apêndice A), retirados do site do Fundo Monetário Internacional (FMI) (<https://www.imf.org/en/home>), no qual utilizou-se duas bases de dados disponibilizadas a World Economic Outlook (WEO) e a Fiscal Monitor para obtenção das variáveis analisadas.

Através dessas quatro variáveis obtidas, gasto extra e renúncia de receita, créditos e garantias, resultado primário e dívida bruta, todas em percentual do PIB, é apresentado um panorama global, buscando relacionar essas quatro variáveis através da realização de gráficos de dispersão, trazendo assim a situação fiscal dos países estudados após o ano de 2020. Os indicadores de resultado primário e dívida bruta, obtidos através do WEO são relativos ao ano de 2020 nos gráficos de dispersão, apresentando-se posteriormente a evolução desses em comparativo com 2019 (Tabela 10). Os indicadores de gasto extra e renúncia de receita e

créditos e garantias, obtidos no Fiscal Monitor, são baseados nos valores acumulados de janeiro de 2020 até 5 de junho de 2021, com porcentagem do PIB de julho de 2021. A partir desses dados é apresentada o perfil da resposta fiscal à pandemia de cada bloco econômico.

Quadro 2 – Variáveis utilizadas

Variável	Descrição	Fonte
Medidas – Governo Federal	Relação de medidas adotadas pelo Governo Federal para o enfrentamento dos efeitos econômicos e sociais da pandemia do Covid-19.	Ministério da Economia, 2021
Receitas primárias	São as decorrentes da atividade fiscal do governo, desconsidera-se receitas financeiras	STN, 2021
Despesas primárias	Despesas necessárias para promover os serviços, desconsidera-se despesas financeiras	STN, 2021
NFSP primária	Variação do endividamento do setor público não financeiro, junto ao setor financeiro, privado e resto do mundo.	Banco Central do Brasil, 2021
DBGG	O total dos débitos de responsabilidade do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, junto ao setor privado, ao setor público financeiro e ao resto do mundo.	Banco Central do Brasil, 2021
Gasto extra e renúncia de receita	Apurados pelo critério acima da linha, ou seja, considerados apenas receitas e despesas primárias	Fiscal Monitor do FMI, julho de 2021
Crédito e garantias	Medidas de concessão de empréstimos ou garantias e injeção de capital	Fiscal Monitor do FMI, julho de 2021
Resultado primário	Resultado da operação entre as receitas e despesas primárias	WEO (World Economic Outlook), abril de 2021
Dívida Bruta	Todos os passivos que requerem pagamento de juros e/ou principal pelo devedor ao credor, exceto as ações e outras participações de capital e os derivativos financeiros	WEO (World Economic Outlook), abril de 2021
Orçamento Federal	Instrumento onde se estima receitas que o governo espera arrecadar ao longo do ano e, com base nelas, autoriza um limite de gastos a ser realizado com tais recursos.	CGU, 2021
PIB	Soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano	IBGE, 2021

Fonte: Elaboração própria.

3.2 Método

Conforme mencionado na seção 4.1, as medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 adotadas pelo Governo Federal brasileiro, foram alocadas em oito categorias com base em julgamento próprio ao analisar as medidas. A divisão dos 59 países estudados foi definida em três blocos econômicos: desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos, com base em estipulação do FMI na base dados Fiscal Monitor.

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, com a construção de tabelas e gráficos. A avaliação dos impactos foi dividida em duas análises, primeiro buscou-se analisar os impactos no Brasil através de observação da evolução histórica dessas variáveis, buscando comparar o andamento das variáveis no período pré-pandemia com o durante, tendo em vista que ainda nos encontramos em situação de pandemia.

Num segundo momento, a análise se volta em trazer os impactos no restante dos países estudados. Nessa seção, buscou-se fazer uma análise estática dessas variáveis através de gráficos dispersão, evidenciando a situação fiscal dos países no ano de 2020. Trazendo também o perfil da resposta fiscal adotada por bloco econômico e por fim trazendo um comparativo do resultado primário e da dívida bruta entre os anos 2019 e 2020, com base nesses resultados buscou-se comparar os efeitos no Brasil com o de outros países.

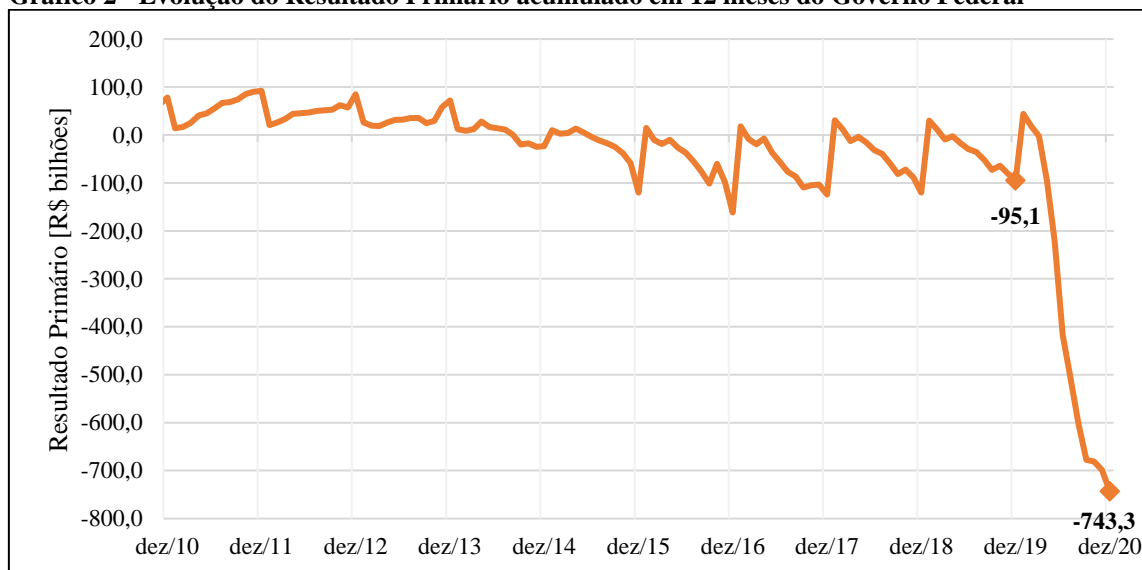
4 RESULTADOS

4.1 Impacto das ações de enfrentamento à pandemia adotadas pelo Governo Federal brasileiro

Nesta seção, demonstra-se os efeitos fiscais causados pelas medidas de enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Brasil. Nela serão analisados dados como resultado primário, impacto primário das medidas de combate à pandemia em percentual do PIB e do Orçamento Total, Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), Dívida, Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG).

O Gráfico 2 a seguir apresenta a evolução do Resultado Primário brasileiro nos últimos 10 anos.

Gráfico 2 - Evolução do Resultado Primário acumulado em 12 meses do Governo Federal



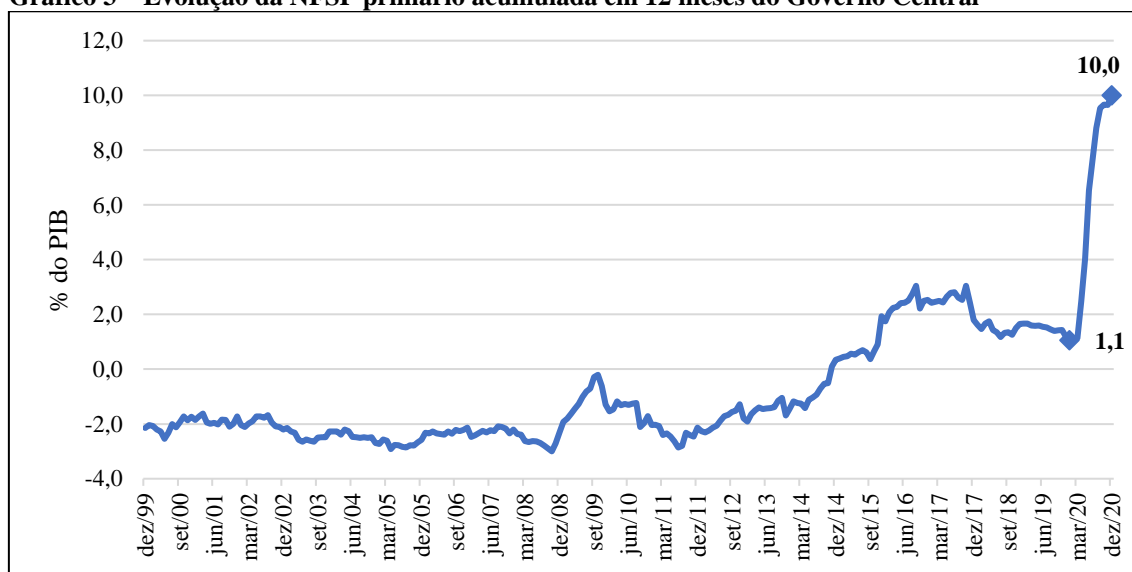
Fonte: Elaboração Própria com base em STN (2021)

Segundo Gráfico 2, o resultado primário brasileiro já se apresentava de maneira decrescente desde 2010, atingindo pela primeira vez, no período analisado, resultado negativo em setembro de 2014, ou seja, um déficit primário. Em 2016 atinge sua pior marca, chegando a um déficit primário de R\$161,3 bilhões. Em dezembro do mesmo ano é apresentada a Emenda Constitucional 95/2016 que visou instituir um novo regime fiscal implementando o teto de gastos pelos próximos vinte anos. Após essa emenda é notável uma leve melhora a cada ano no déficit primário, porém em 2020 com a chegada da pandemia, foi decretado estado de calamidade pública no país (Decreto 10.683/2020) e junto deste decreto, a Emenda Constitucional 106/2020 instituiu regime extraordinário fiscal, permitindo abertura de créditos

extraordinários para combater os efeitos da pandemia. Com essa medida o déficit primário brasileiro atinge R\$743,3 bilhões em dezembro de 2020, representando um aumento de 681,6% em comparação com o mesmo período de 2019.

O Gráfico 3 abaixo complementa o Gráfico 2 mostrado acima, pois mostra a evolução da NSFP no conceito primário do Governo Central (Governo Federal e Banco Central), demonstrando o impacto do resultado primário em percentual do PIB, no período de dez/1999 a dez/2020.

Gráfico 3 – Evolução da NFSP primário acumulada em 12 meses do Governo Central



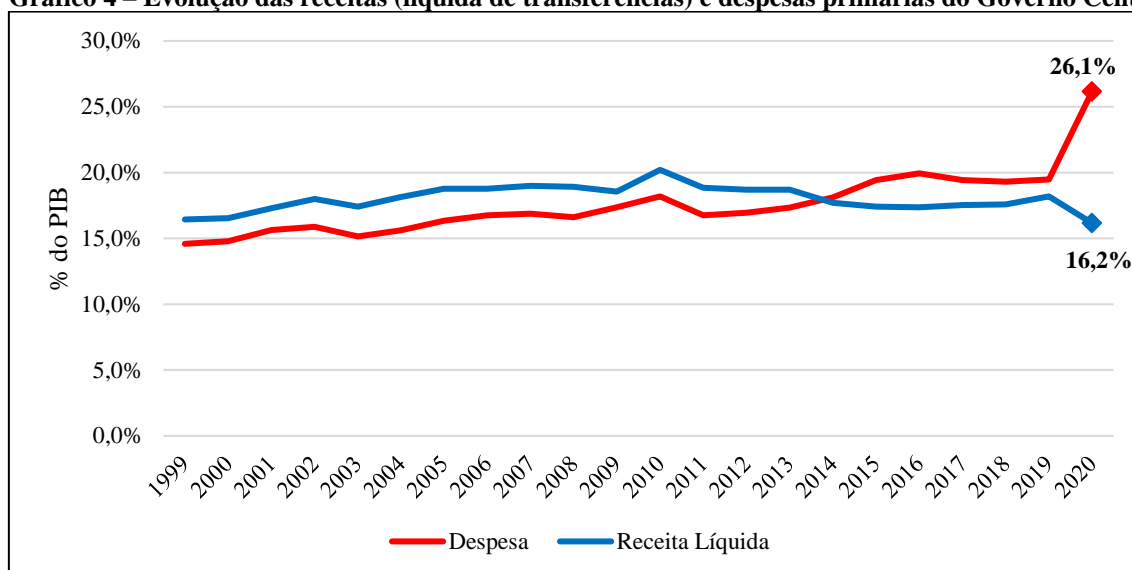
Fonte: Elaboração própria com base em BCB (2021).

Segundo Giambiagi e Além (2015), a NFSP é a estatística que mostra quanto falta de recursos para o Estado pagar seus compromissos. Caso a NFSP seja de valor maior do que zero, significa que faltam recursos. Assim, o resultado do Estado é o valor oposto à NFSP. Se a NFSP apresenta um valor positivo, o resultado é negativo, isto é, há déficit nas contas públicas.

Observa-se que em termos do resultado primário acumulado, passou-se de um déficit de 1,1 % do PIB em mar/2020 para um déficit de 10,0% do PIB em dez/2020, uma elevação de 8,9 pontos percentuais a maior do período.

O que explica esse déficit primário atípico? Queda das receitas ou aumento das despesas primárias? Ou ambos? No Gráfico 4 mostra-se a evolução desde 1999 das receitas e despesas primárias. Observa-se que as receitas apresentadas são líquidas das transferências à estados e municípios.

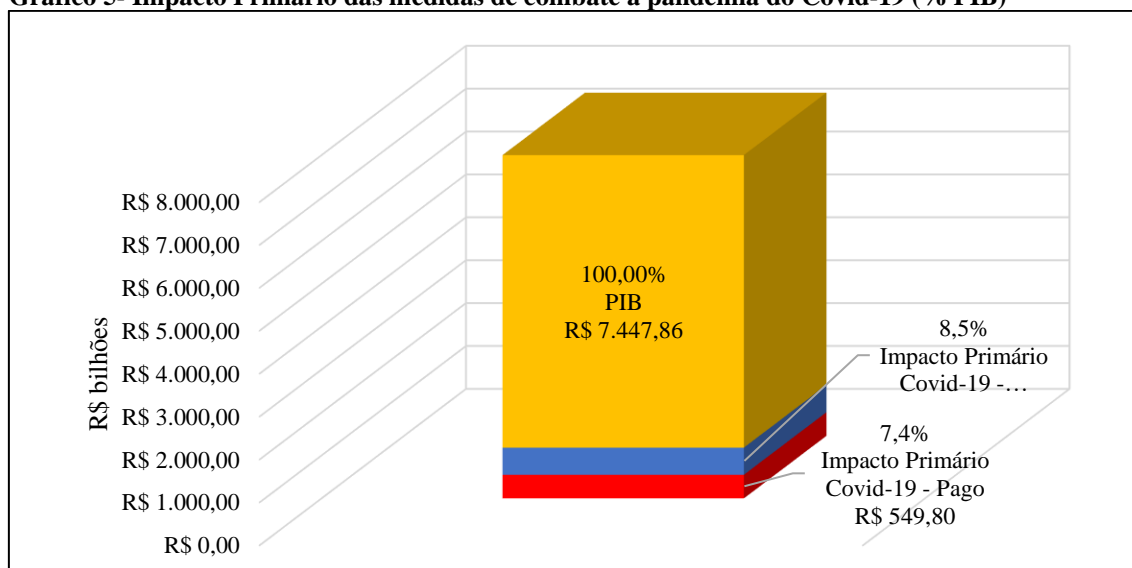
Percebe-se que no período considerado, 1999 a 2020, a partir de 2014 que o Governo Federal passa a apresentar déficit primário, conforme evidenciado em gráficos anteriores.

Gráfico 4 – Evolução das receitas (líquida de transferências) e despesas primárias do Governo Central

Fonte: Elaboração própria com base em STN (2021).

Em resposta à pergunta apresentada acima, em 2020, nota-se que tanto a receita diminuiu quanto a despesa aumentou, apresentando uma elevação de 6,6 e um queda de 2,0 pontos percentuais, respectivamente (Gráfico 4).

Nos Gráficos a seguir é apresentada a relação do impacto primário gerado pelas medidas de combate à pandemia com o Produto Interno Bruto (PIB) e orçamento total de 2020.

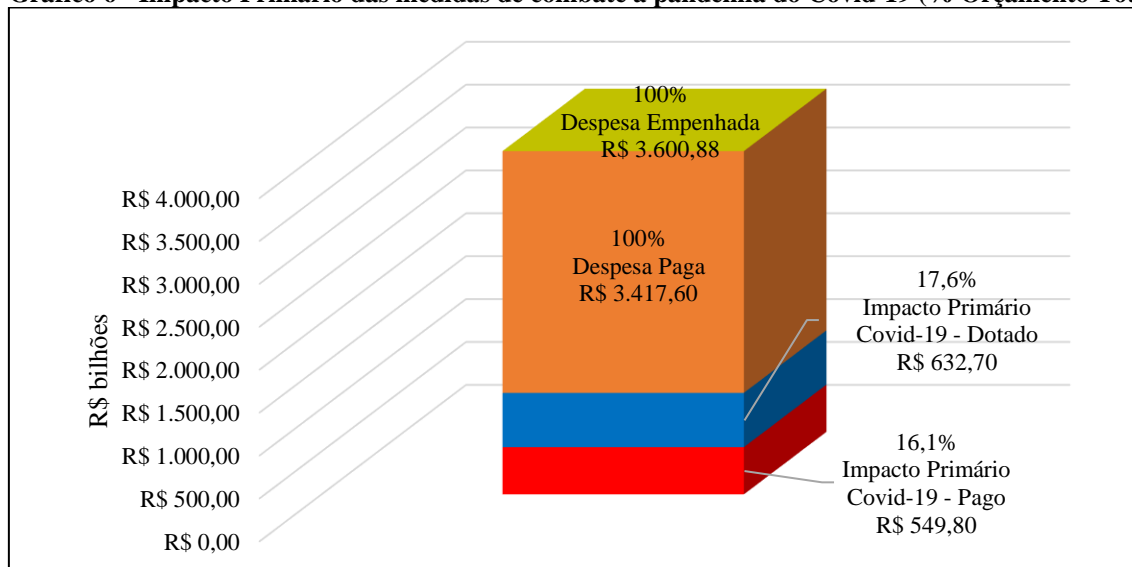
Gráfico 5- Impacto Primário das medidas de combate à pandemia do Covid-19 (% PIB)

Fonte: Elaboração Própria com base em IBGE (2021) e Ministério da Economia (2021)

No Gráfico 5 acima percebe-se que se estimava um impacto de cerca de 8,5% do PIB com as medidas de combate à pandemia. O PIB representa tudo o que foi gerado num país, cerca de R\$7,4 trilhões em 2020, logo, conclui-se que as medidas de enfrentamento da pandemia tiveram um impacto que representou 7,4% de tudo gerado no país no ano de 2020.

Conforme Gráfico 6, estimou-se gastar R\$3,6 trilhões em despesas no ano de 2020, dessas despesas foi estimado que seriam gastos 17,6% com medidas de combate à pandemia, incluídas as renúncias de receitas. Segundo este gráfico foram pagas cerca de 94,7% das despesas empenhadas, sendo destas despesas 16,1% voltadas para ações no combate à Covid-19.

Gráfico 6 - Impacto Primário das medidas de combate à pandemia do Covid-19 (% Orçamento Total)



Fonte: Elaboração Própria com base em Controladoria Geral da União (2021) e Ministério da Economia (2021)

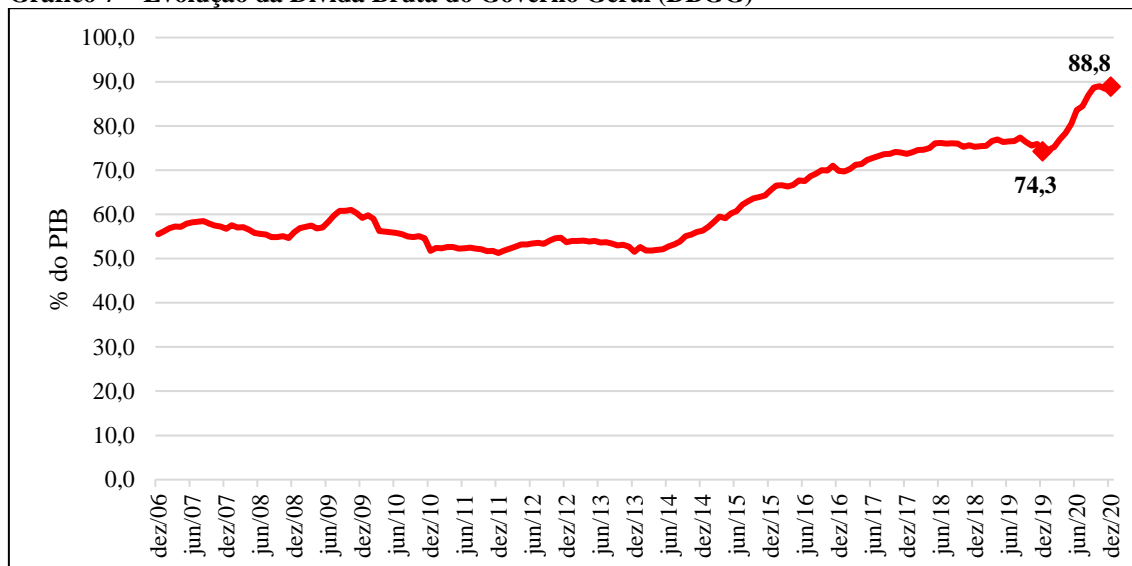
O Gráfico 7 apresenta a evolução da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) de dez/2006 a dez/2020. Apesar da estabilização da dívida/PIB em 2018 e 2019, a partir de 2020 se observa um crescimento mais acentuado, que atingiu 88,8% do PIB em dez/2020.

A DBGG abrange o total dos débitos de responsabilidade do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, junto ao setor privado, ao setor público financeiro e ao resto do mundo. Não são incluídos no cálculo os débitos de responsabilidade das empresas estatais das três esferas de governo. Para o caso do Banco Central, incluem-se somente as operações compromissadas realizadas com títulos públicos, pois essas operações apresentam estreita relação com a dívida do Tesouro Nacional, e sua inclusão na DBGG permite melhor acompanhar a situação fiscal do governo (BCB, 2018)

Observando o Gráfico 7 é possível notar, assim como nas outras variáveis, um aumento a partir do ano de 2014. Entre dezembro de 2014 e dezembro de 2016 a DBGG aumentou 13,5 pontos percentuais em relação ao PIB e assim como nas outras variáveis observadas após Emenda Constitucional 95/2016, há uma certa estabilidade na DBGG, indicando, apesar de aumentos, um maior controle do avanço da Dívida Bruta, chegando entre 2016 e 2019 a subir

apenas 4,5 pontos percentuais, porém com a chegada da pandemia e seus impactos econômicos, em apenas um ano a DBGG saltou 14,5 pontos percentuais.

Gráfico 7 – Evolução da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)



Fonte: Elaboração própria com base em BCB (2021).

De acordo com os gráficos apresentados, conclui-se que as contas brasileiras vinham apresentando desequilíbrio desde 2014. Num período de dois anos, entre 2014 e 2016, o Brasil viu seu déficit primário se agravar com um aumento de R\$137,8 bi, saltando de R\$23,5 bilhões em 2014 para R\$161,3 em 2016 (Gráfico 2). Nesse período a NFSP primária em percentual do PIB subiu cerca de 1,9%, isto é, o país precisava de quase 2% do PIB para financiar seu déficit primário (Gráfico 3). Ainda nesse período, segundo Gráfico 4 as receitas primárias líquidas reduziram cerca 0,2% em relação ao PIB, em face das despesas que subiram cerca 2,2% sob mesmo percentual. Esse aumento no déficit primário ocasionou um aumento da DBGG de 13,5% em relação ao PIB (Gráfico 7). Por conta desse descontrole das contas públicas, foi criada a Emenda Constitucional 95/2016 visando equilibrar as contas públicas. Entre 2016 e 2019 houve reduções nos indicadores, cerca de R\$66,2 bilhões do déficit primário, de 1,4% da NFSP primária em porcentagem do PIB, de 0,4% das despesas primárias e um aumento de 0,8% das receitas líquidas, ambos em percentual do PIB. Dentre os indicadores analisados, a DBGG foi o único que não houve redução, apresentando um aumento de 4,5% do PIB no período.

Diante do exposto, é possível observar que as contas públicas vinham se estabilizando entre 2016 e 2019, mesmo a DBGG que apresentou aumento no período estava reduzindo quando comparado com 2017 ou 2018. A chegada da pandemia e o estado de calamidade pública representaram um cenário caótico para contas brasileiras, segundo Gráfico 5, somente as medidas de combate à pandemia representaram 7,4% do PIB em 2020 e 16,1% do orçamento

federal (Gráfico 6). Em comparação com 2019 as despesas aumentaram cerca de 6,6% em relação ao PIB, em face a uma redução de 2% das receitas líquidas. A NFSP saltou de 1,1% do PIB em 2019 para cerca de 10% em 2020, indicando um aumento no endividamento. Por fim, a DBGG fechou o ano com um aumento de 13,6% em percentual do PIB ao se comparar com o mesmo período de 2019.

4.2 Esforço de enfrentamento à pandemia e situação fiscal dos países

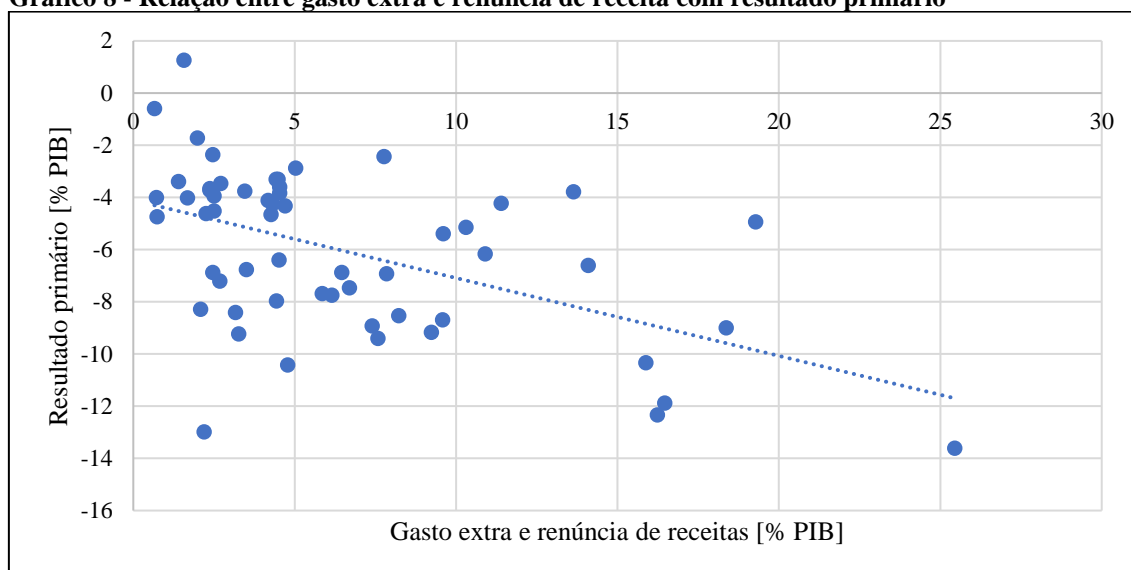
Nesta seção, busca-se demonstrar os efeitos da pandemia da Covid-19 no mundo. Através de uma análise estática do ano de 2020 para o conjunto de países estudados, foi realizada uma relação entre um conjunto de variáveis a serem apresentadas a seguir. Em abril de 2020, o FMI através do Fiscal Monitor, introduziu duas variáveis para analisar a resposta fiscal dos países à pandemia da Covid-19, o gasto extra e renúncia de receita e medidas de créditos e garantias, ambas com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia. Baseado nisso, elaborou-se gráficos de dispersão relacionando essas variáveis com o resultado primário e com a dívida bruta.

Cabe ressaltar que para realizar uma melhor análise do impacto destas variáveis, recomenda-se realizar um comparativo, demonstrando a evolução ao longo dos anos das variáveis de resultado primário e dívida bruta.

4.2.1 *Gasto Extra e Renúncia de Receita versus Resultado Primário*

No Gráfico 8 a seguir, apresenta-se a relação entre gasto extra e renúncia de receita com o resultado primário para o conjunto total de países estudados. Segundo o FMI (2021), esses gastos são apurados seguindo o critério “acima da linha”, ou seja, são consideradas apenas receitas e despesas primárias.

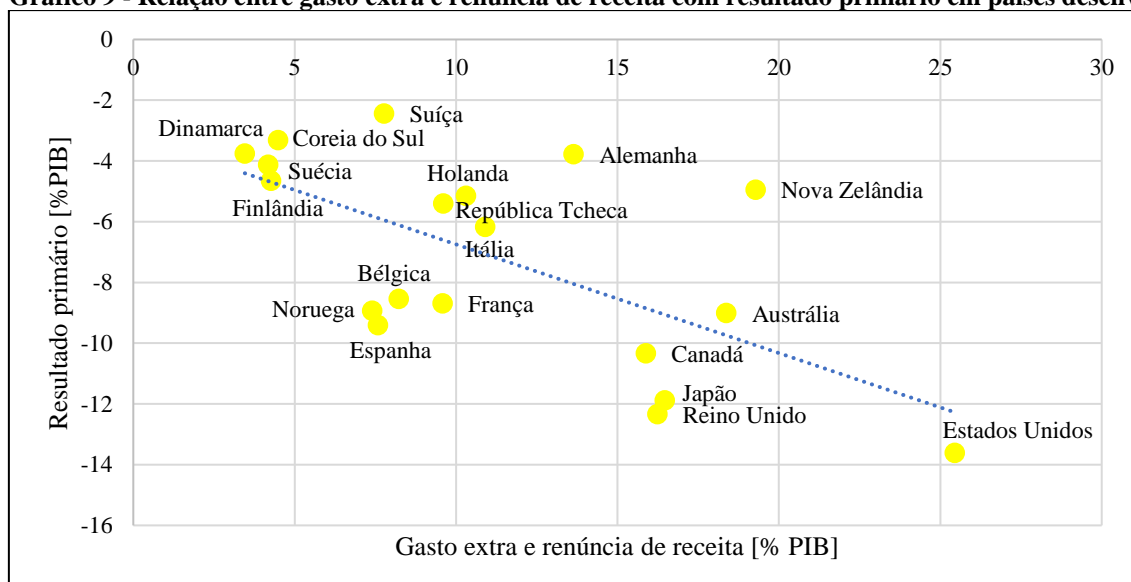
Conforme exposto acima, por serem apurados conforme o critério “acima da linha” é de se esperar que a variável gasto extra e renúncia de receita impacte o resultado primário. Segundo Gráfico 8 há uma relação negativa entre o gasto e a renúncia de receita com o resultado primário, isto é, quanto maior o gasto com essas mediadas em função da pandemia do Covid-19, constatou-se um pior nível de resultado primário.

Gráfico 8 - Relação entre gasto extra e renúncia de receita com resultado primário

Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021b).

Segundo o Gráfico 8, os esforços com medidas que geraram gasto extra e renúncia de receita para o conjunto de países estudados variou aproximadamente entre 1% e 25% do PIB, apresentando uma média mundial de 6,6% do PIB.

Nos gráficos a seguir apresenta-se a mesma relação, para os três blocos: países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos.

Gráfico 9 - Relação entre gasto extra e renúncia de receita com resultado primário em países desenvolvidos

Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021b).

Observa-se no Gráfico 9 como essa relação se comporta no bloco de países desenvolvidos. Percebe-se que há uma tendência inversa na relação entre o gasto extra e renúncia de receita e resultado primário, seguindo a tendência mundial (Gráfico 8), sendo assim,

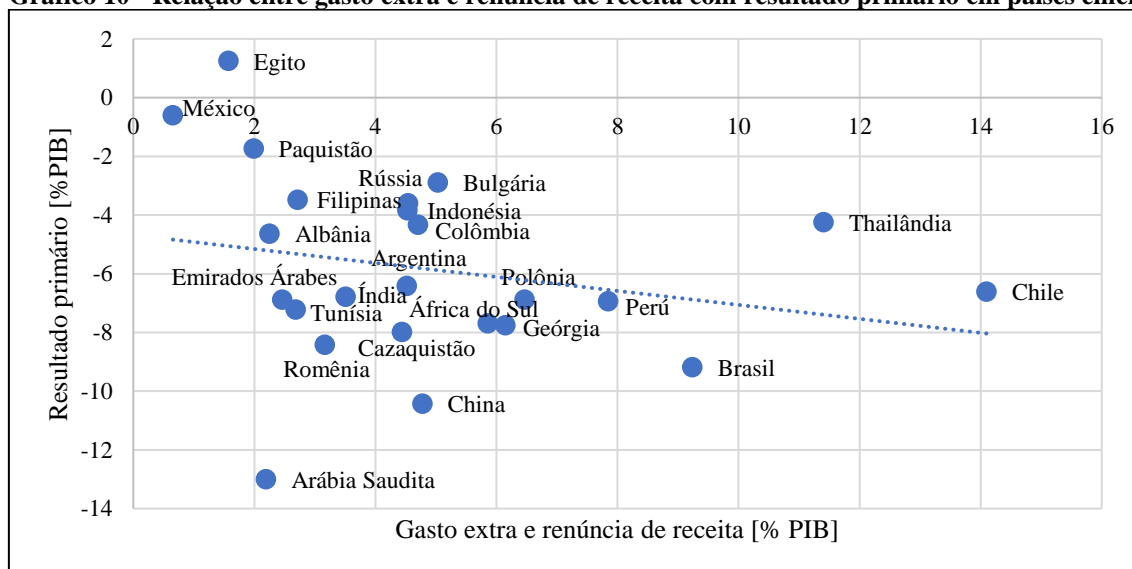
quanto maior for o gasto extra e renúncia de receita em percentual do PIB menor será o resultado primário em mesmo percentual.

Neste bloco se pode observar que o nível de gasto extra e renúncia de receita varia aproximadamente entre 5% e 25% do PIB e que a média do bloco para esses gastos é de 11,6% do PIB.

O Gráfico 10, abaixo, demonstra a relação dessas variáveis para o bloco de países emergentes. Ele nos informa que a relação entre gasto extra e renúncia de receita e resultado primário segue em conformidade com a tendência global, sendo assim, quanto maior o gasto com essas medidas, pior está sendo resultado primário apresentado. Percebe-se que a relação entre as variáveis é levemente negativa quando se comparada com o bloco de países desenvolvidos (Gráfico 9).

Ressalta-se que para uma análise mais detalhada, seria interessante trazer a evolução do resultado primário ao longo dos anos, pois será possível verificar o impacto real dessas medidas.

Gráfico 10 - Relação entre gasto extra e renúncia de receita com resultado primário em países emergentes



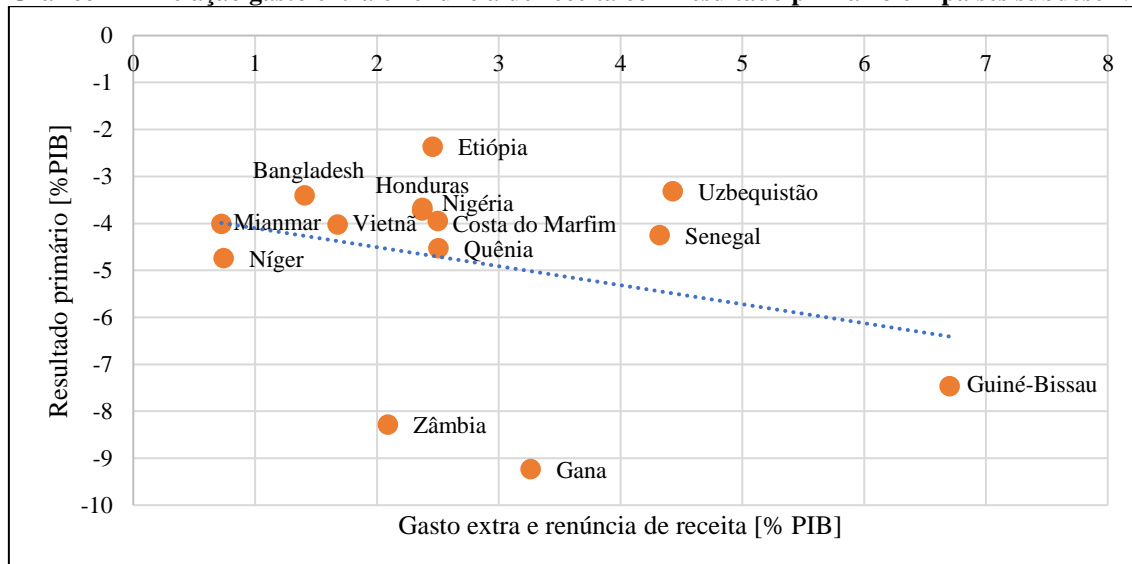
Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021b).

Neste bloco se pode observar que o nível de gasto extra e renúncia de receita varia aproximadamente entre 1% e 14% do PIB e que a média do bloco para esses gastos é de 4,8% do PIB (Gráfico 10).

O Gráfico 11 abaixo traz a mesma relação para o bloco de países subdesenvolvidos. Por ele, percebe-se que este bloco segue com a tendência global (Gráfico 8), sendo assim quanto maior for o gasto extra e renúncia de receita em função do enfrentamento à pandemia da Covid-19, menor será o resultado primário dos países.

Observa-se neste bloco que o nível de gasto extra e renúncia de receita varia aproximadamente entre 1% e 7% do PIB, apresentando uma média desses gastos de 2,7% do PIB.

Gráfico 11 - Relação gasto extra e renúncia de receita com resultado primário em países subdesenvolvidos



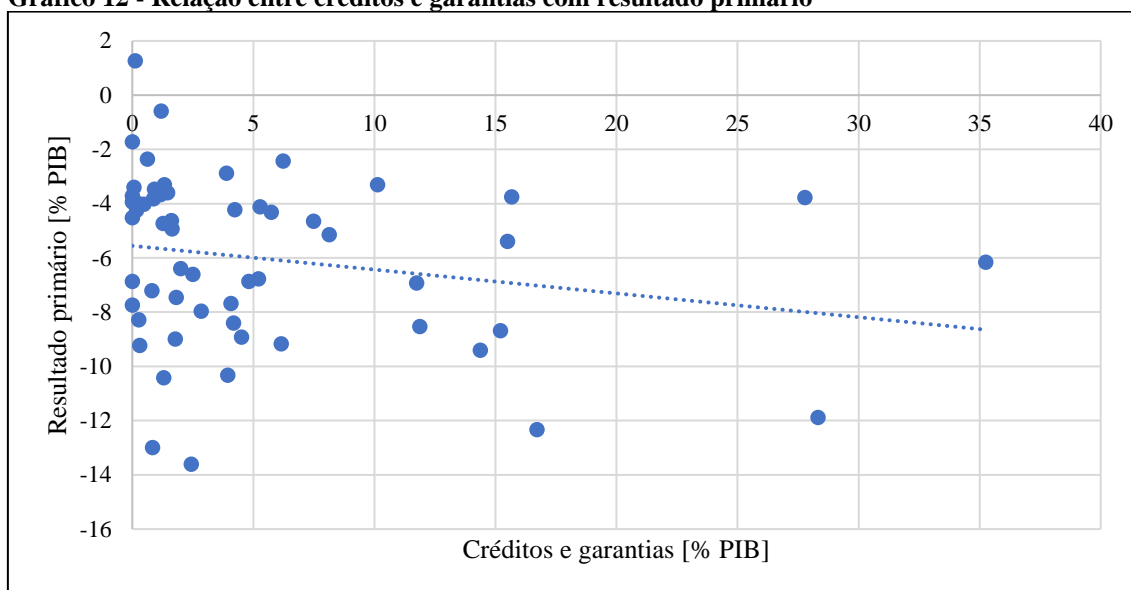
Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021b).

4.2.2 Crédito e Garantias versus Resultado Primário

Nos gráficos a seguir, é apresentada a relação entre as medidas de créditos e garantias e o resultado primário. Segundo Crepaldi e Crepaldi (2017) o resultado primário é obtido pela diferença entre receitas e despesas orçamentárias, sendo deduzidas destas as receitas e despesas de natureza financeira.

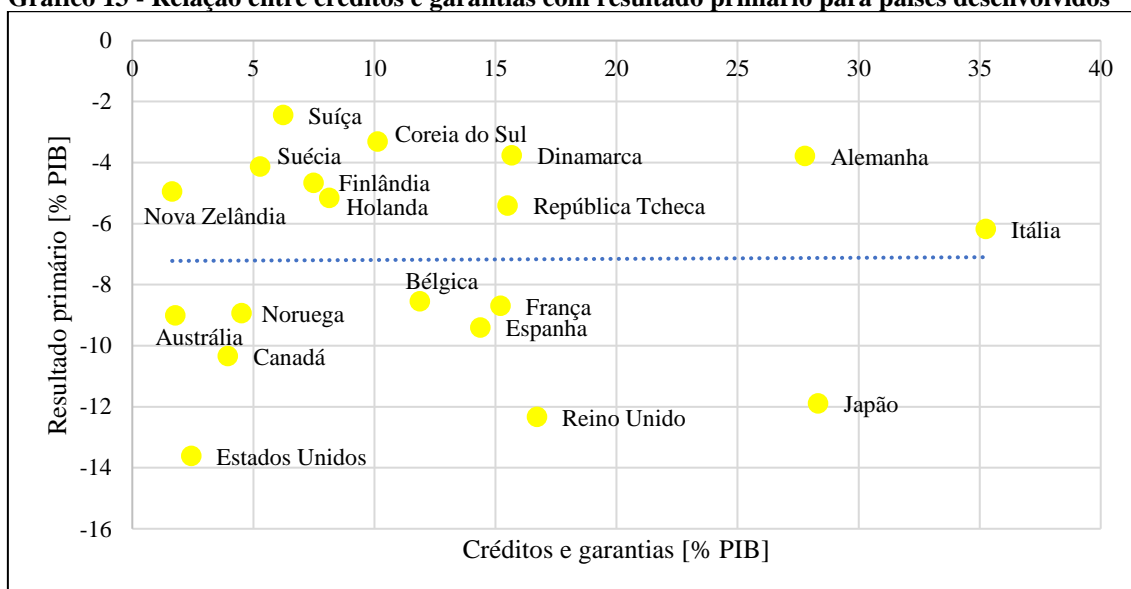
Segundo essa definição é possível notar que as variáveis não possuem relação direta, tendo em vista que as medidas de créditos e garantias se enquadram como medidas “abaixo da linha”. São medidas que inicialmente gerariam um baixo custo aos governos, podendo, se mal executadas gerar problemas no futuro (Battersby e Ture, 2020)

Segundo o Gráfico 12 a seguir, é demonstrada a relação entre as medidas de crédito e garantias com o resultado primário para o conjunto total de países estudados. Observa-se que há uma tendência negativa entre as variáveis a nível global, isto é, um pior nível de resultado primário pode gerar um aumento em medidas de créditos e garantias a serem tomadas.

Gráfico 12 - Relação entre créditos e garantias com resultado primário

Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021b)

No Gráfico 12 é possível perceber que o resultado primário variou aproximadamente entre -14% e 2% do PIB e a média mundial apresentada para essa variável é de -6,0% do PIB para o conjunto de países estudados.

Gráfico 13 - Relação entre créditos e garantias com resultado primário para países desenvolvidos

Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021b).

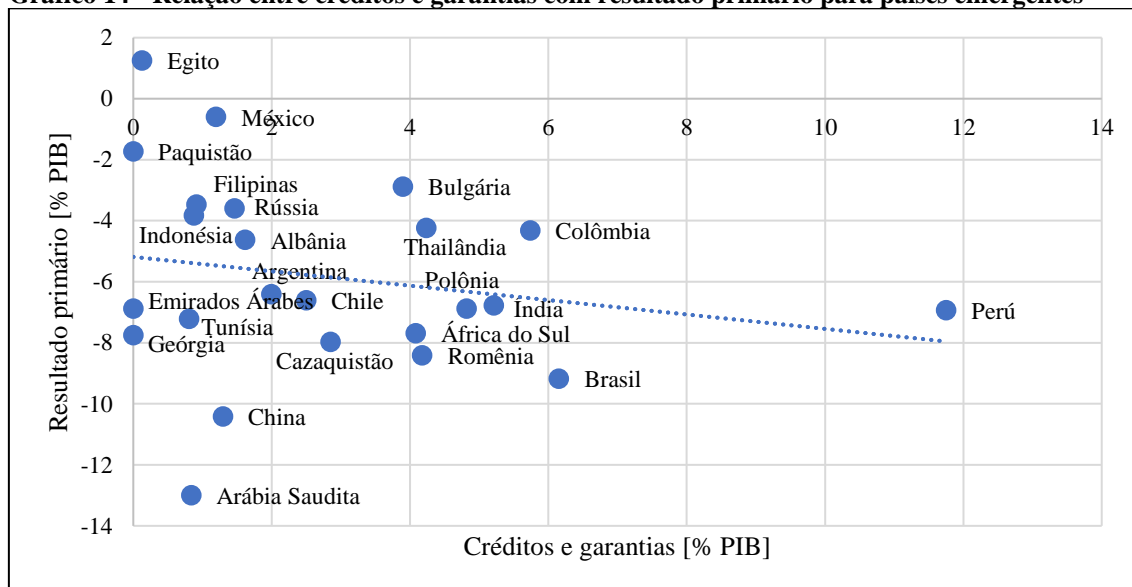
Nos gráficos a seguir, incluindo o Gráfico 13 acima, apresenta-se a mesma relação, para os três blocos: países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos.

No Gráfico 13, apresenta-se a relação para o bloco de países desenvolvidos, observa-se que para este bloco não é possível verificar existência de relação entre as medidas de crédito e garantia e o resultado primário desses países

Segundo o Gráfico 13 é possível perceber que para o bloco de países desenvolvidos o resultado primário variou aproximadamente entre -14% e -2% do PIB e a média do bloco para essa variável é de -7,2% do PIB.

Para o bloco de países emergentes, conforme se pode observar pelo Gráfico 14 há uma relação negativa entre as variáveis seguindo com a tendência global apresentada (Gráfico 12), não podendo se estabelecer relação de causa e efeito entre elas.

Gráfico 14 - Relação entre créditos e garantias com resultado primário para países emergentes



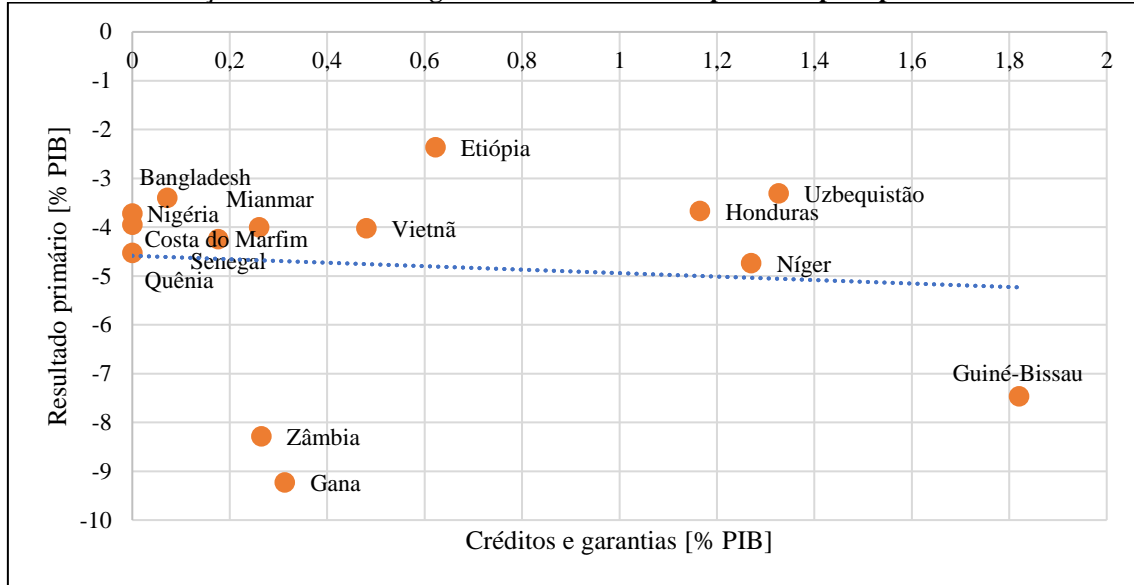
Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021b)

Para este bloco, segundo Gráfico 14 é possível verificar que o resultado primário apresentou uma variação aproximada entre -14% e 2% do PIB. No bloco de países emergentes essas medidas representaram em média -5,8% do PIB.

O Gráfico 15, traz a mesma relação para o bloco de países subdesenvolvidos, no qual, percebe-se que há uma relação levemente negativa entre as medidas de crédito e garantia e resultado primário.

Nesse bloco é verificado que o resultado primário apresentou aproximadamente uma variação entre -10,0% e -0,6% do PIB, sendo a média do bloco para essa variável de -4,8% do PIB.

Gráfico 15 - Relação entre créditos e garantias com resultado primário para países subdesenvolvidos

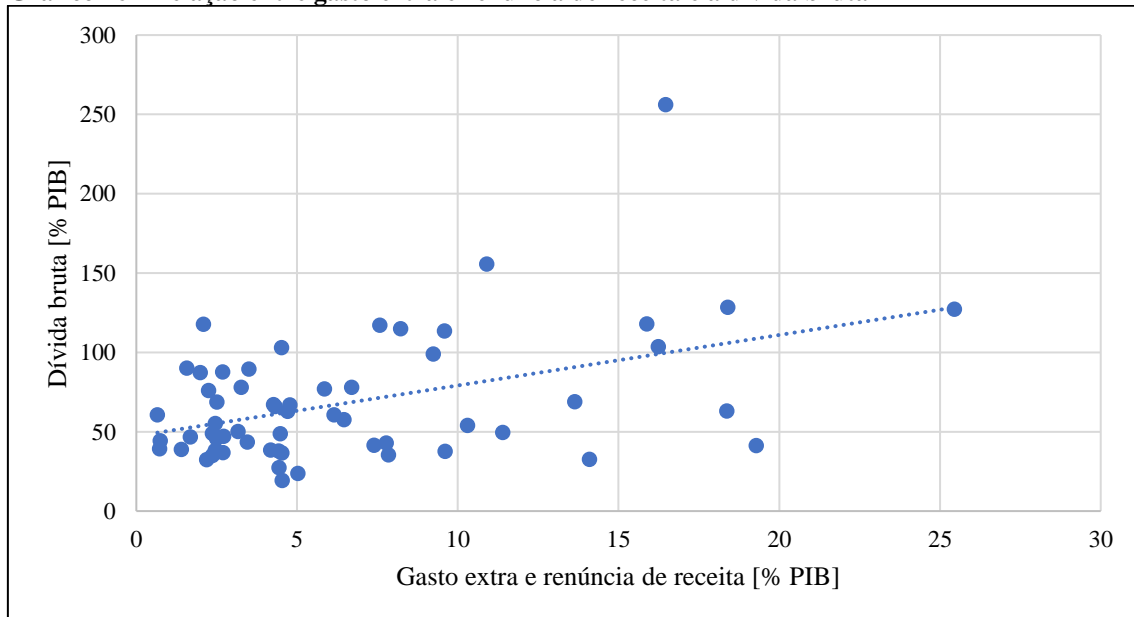


Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021b).

4.2.3 Gasto extra e renúncia de receita versus dívida bruta

No Gráfico 16 a seguir, apresenta-se a relação entre gasto extra e renúncia de receita com a dívida bruta para o conjunto total de países estudados. Segundo FMI (2014) a dívida bruta consiste em todos os passivos que requerem pagamento de juros e/ou principal pelo devedor ao credor, exceto as ações e outras participações de capital e os derivativos financeiros.

Gráfico 16 - Relação entre gasto extra e renúncia de receita e a dívida bruta



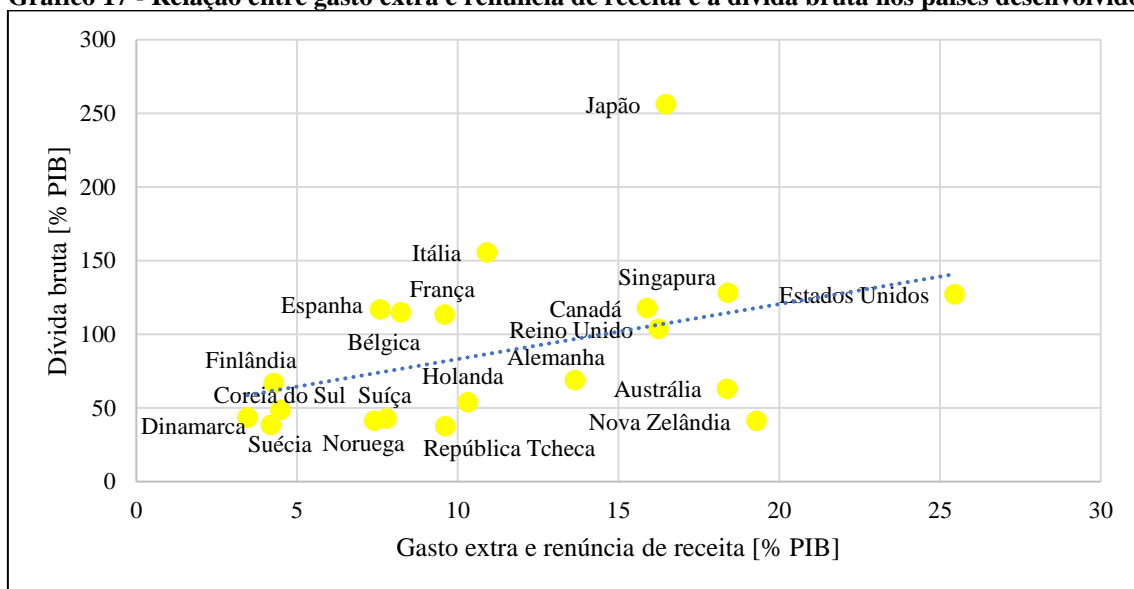
Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021b).

Perante o exposto por definição é possível perceber que não há relação direta entre as variáveis, porém, cabe análise estática dessas para o período de crise causado pela pandemia.

Segundo Gráfico 16 é observada uma relação positiva entre o gasto e a renúncia com a dívida bruta, sendo assim, num contexto mundial, países que apresentaram maiores gastos com essas medidas, demonstraram também maiores níveis de dívida bruta no período analisado. É possível verificar que no Gráfico 16 os níveis de dívida bruta para o conjunto de países analisados variaram aproximadamente entre 20% e 250% do PIB no ano de 2020. Sendo a média apresentada para essa variável de 68,3% do PIB.

Nos gráficos a seguir apresenta-se a mesma relação, para os três grupos: países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos.

Gráfico 17 - Relação entre gasto extra e renúncia de receita e a dívida bruta nos países desenvolvidos



Fonte:

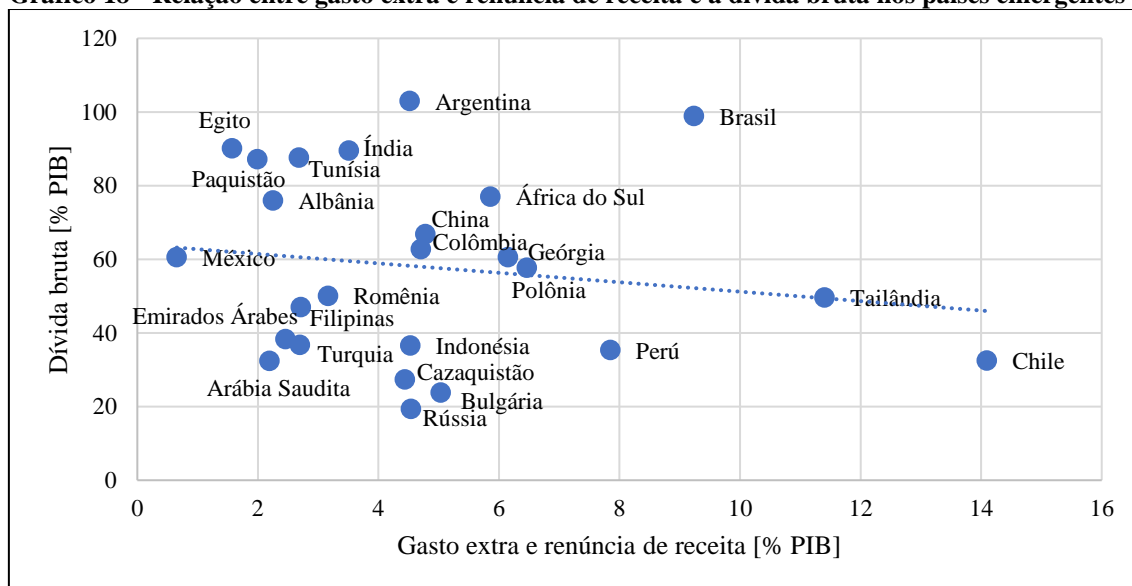
Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021b).

Nota-se no Gráfico 17 que também há uma relação positiva entre as variáveis para o bloco de países desenvolvidos. Nesse bloco os níveis de dívida pública variaram aproximadamente entre 35% e 150% do PIB, salvo o Japão que apresentou a maior dívida bruta em percentual do PIB dentre o escopo de países analisados. A média do bloco para essa variável foi de 89,1% do PIB, excluindo-se o Japão da análise, a média do bloco cai para 80,3% do PIB, uma que de quase 9 pontos percentuais.

No bloco de países emergentes, se observa, segundo Gráfico 18, que não houve a mesma relação verificada tanto no gráfico global, quanto nos países desenvolvidos. Sendo assim para os países emergentes a relação entre a dívida bruta e gasto extra e renúncia de receita é invertida, isto é, os países que gastaram mais com essas medidas apresentaram uma dívida bruta menor.

Vale ressaltar novamente que as variáveis não possuem relação direta entre si, excluindo-se da análise qualquer relação de causa e efeito e que para uma análise mais aprofundada recomenda-se analisar a evolução da variável dívida bruta nos últimos anos.

Gráfico 18 - Relação entre gasto extra e renúncia de receita e a dívida bruta nos países emergentes

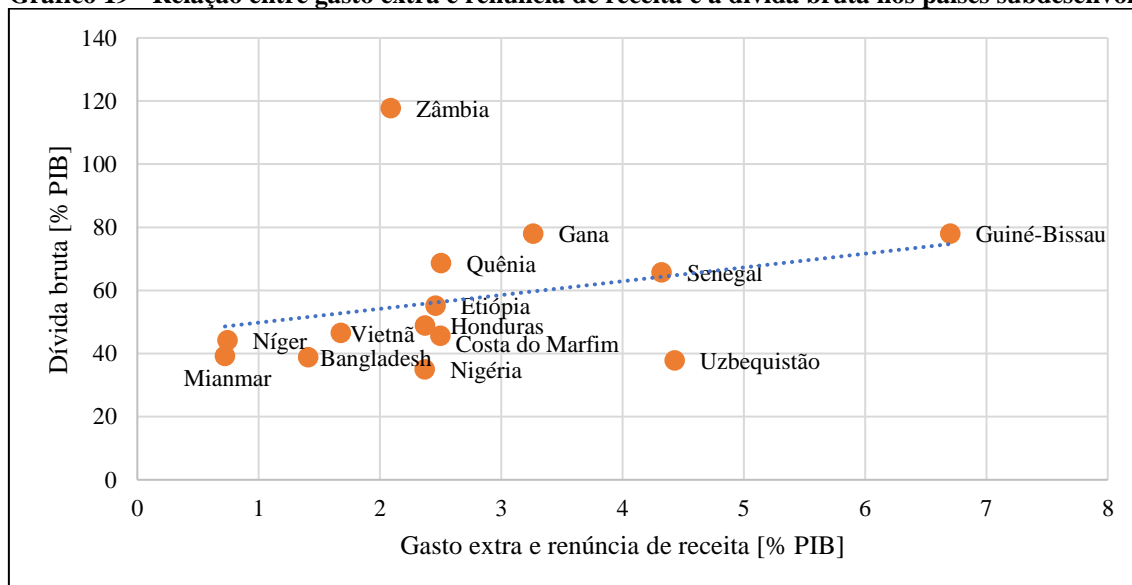


Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021b)

Segundo o Gráfico 18, os países emergentes apresentaram uma variação aproximada entre 20% e 100% do PIB para a dívida bruta. A média do bloco para essa variável é de 57,9% do PIB.

O Gráfico 19 traz a mesma relação entre gasto extra e renúncia de receita com a dívida bruta para o bloco de países subdesenvolvidos.

Gráfico 19 - Relação entre gasto extra e renúncia de receita e a dívida bruta nos países subdesenvolvidos



Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021)

Segundo o Gráfico 19, a dívida bruta variou em cerca de 35% e 80% do PIB, excluindo-se da análise a Zâmbia que se apresentou como um outlier para esse bloco. A média do bloco foi de 57,2% do PIB, apenas 0,7 pontos percentuais abaixo da média dos países emergentes (Gráfico 18), porém ao se excluir a Zâmbia da análise, que apresentou uma dívida de 117,8% do PIB, a média dos países subdesenvolvidas cai para 52,5% do PIB, em comparativo com os países emergentes apresenta-se 5,4 pontos percentuais abaixo.

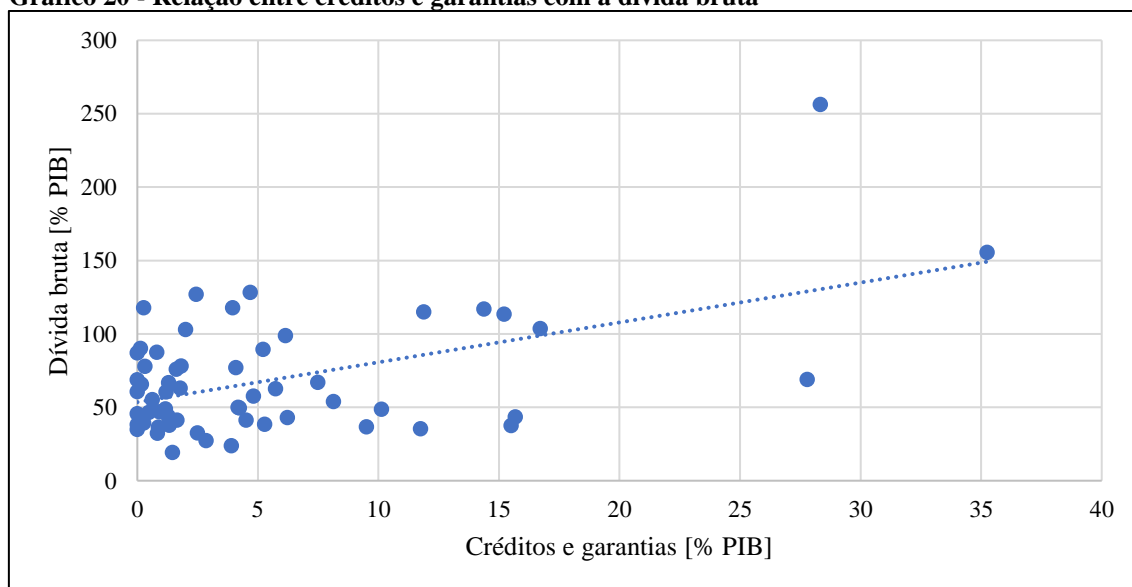
4.2.4 Crédito e Garantia versus Dívida Bruta

Nos gráficos a seguir, é apresentada a relação entre as medidas de créditos e garantias e a dívida bruta. As medidas de créditos e garantias englobam, concessão de empréstimos para ajudar as empresas a se manterem durante a crise, concessão de garantias para incentivar as instituições financeiras do setor privado a oferecerem menores taxas de juros nos empréstimos e injeção de capital em empresas de setores considerados cruciais, podendo chegar até a estatização (OCDE 2020).

De acordo com FMI (2021), as medidas de créditos são apuradas pelo método “abaixo da linha”, isto é, pela variação do endividamento público sem poder se afirmar se está relacionado com aumento ou redução de receitas e despesas (Giambiagi e Além 2015).

Segundo o Gráfico 20 é demonstrada a relação entre as medidas de crédito e garantias com a dívida bruta para o conjunto total de países estudados.

Gráfico 20 - Relação entre créditos e garantias com a dívida bruta



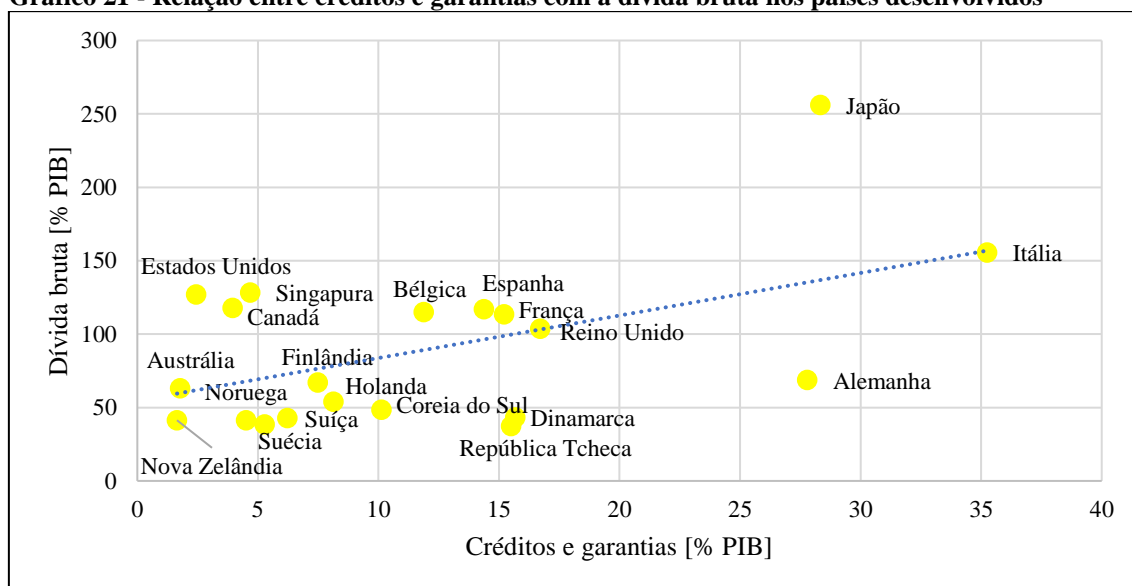
Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021b).

Observa-se que há uma tendência positiva entre as variáveis a nível global, isto é, um maior nível de dívida bruta pode gerar um aumento em medidas de créditos e garantias a serem tomadas. No Gráfico 20 é possível perceber que as medidas de crédito e garantia variaram aproximadamente entre 1% e 35% do PIB e a média mundial apresentada para essa variável é de 5,4% do PIB para o conjunto de países estudados.

Nos gráficos abaixo demonstra-se a mesma relação para os blocos de países: desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos.

No Gráfico 21, percebe-se que há uma tendência positiva na relação entre o as medidas de crédito e garantias e resultado primário, seguindo a tendência mundial (Gráfico 20), sendo assim, países com um maior nível dessas medidas tomadas, apresentam piores níveis de dívida bruta.

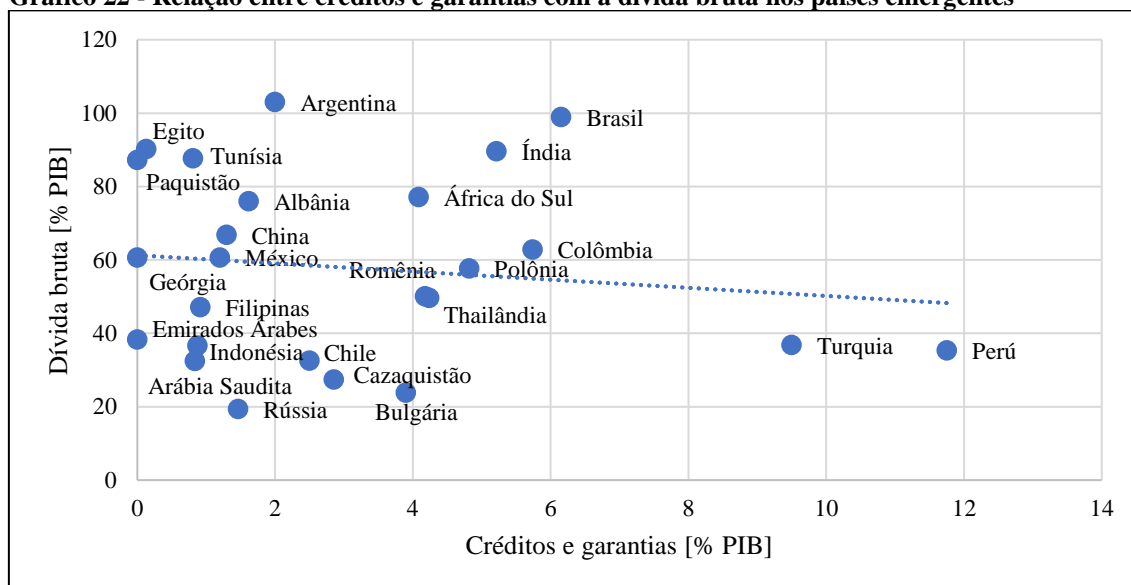
Gráfico 21 - Relação entre créditos e garantias com a dívida bruta nos países desenvolvidos



Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021b).

Segundo o Gráfico 21 é possível perceber que para o bloco de países desenvolvidos as medidas de crédito e garantia variaram aproximadamente entre 1,5% e 35% do PIB e a média do bloco para essa variável é de 11,9% do PIB

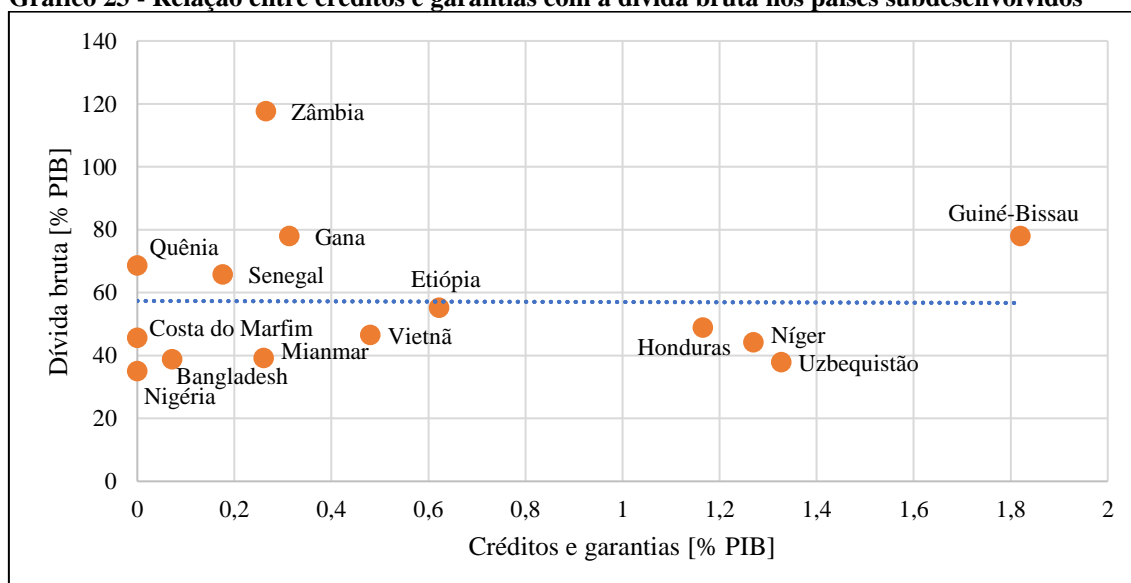
O Gráfico 22 traz a mesma relação para o bloco países emergentes, se percebe que para esse grupo de países a relação entre as variáveis é negativa, ou seja, oposta a tendência global apresentada (Gráfico 20), posto isso os países com maior grau de dívida bruta, foram os que apresentaram os menores pacotes de medidas de crédito e garantia.

Gráfico 22 - Relação entre créditos e garantias com a dívida bruta nos países emergentes

Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021b).

Para este bloco, segundo Gráfico 22 é possível verificar que as medidas de crédito e garantia apresentaram uma variação aproximada entre 0% e 6% do PIB, salvo as exceções Peru e Turquia que tiveram gastos próximo a 12% e 10% do PIB respectivamente nessas medidas. No bloco de países emergentes essas medidas representaram em média 3,0% do PIB.

Por fim o Gráfico 23 nos traz a relação entre dívida bruta e medidas de crédito e garantias nos países subdesenvolvidos. Neste bloco, o gráfico nos informa que a relação entre as variáveis quase não é identificada, indicando que para este bloco não é possível estabelecer relação.

Gráfico 23 - Relação entre créditos e garantias com a dívida bruta nos países subdesenvolvidos

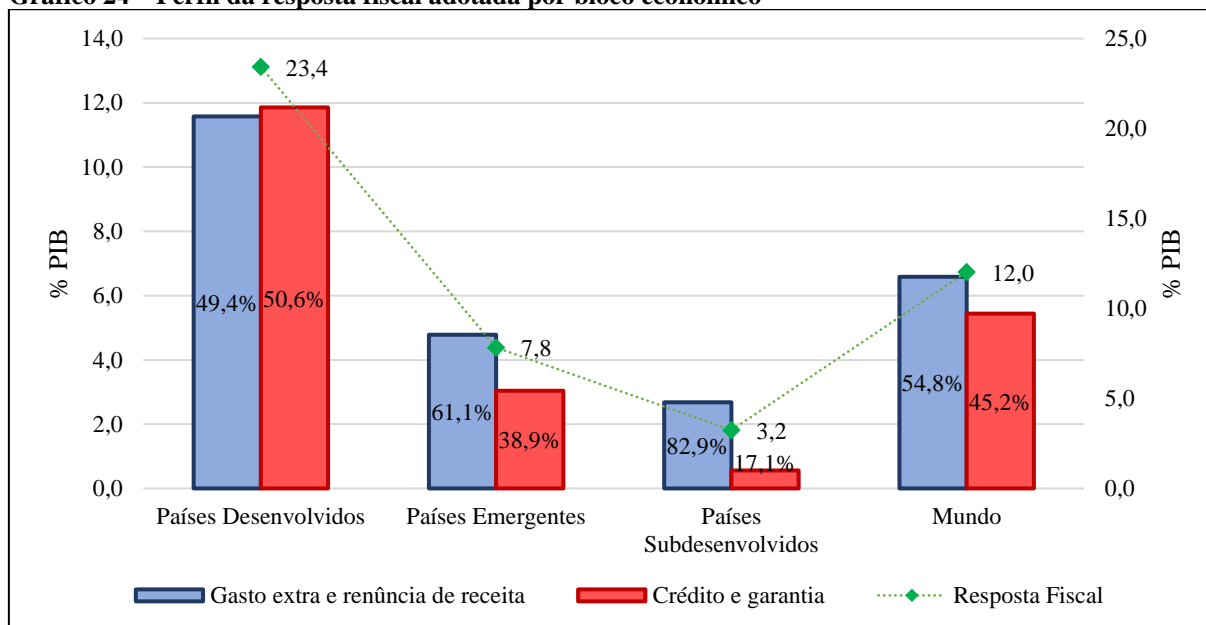
Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2021a, 2021b).

Nesse bloco é verificado que as medidas de créditos e garantias apresentaram aproximadamente uma variação entre 0% e 1,8% do PIB e a média para essa variável no bloco de países subdesenvolvidos é de 0,6% do PIB.

4.2.5 Resposta Fiscal dos Países à Crise Gerada pela Covid-19

Nesta seção é apresentada o perfil da resposta fiscal adotada pelos países estudados separados nos três blocos: países desenvolvidos, emergente e subdesenvolvidos. A resposta fiscal dos países para mitigar os efeitos da crise gerada pela pandemia pode ser classificada em dois tipos de medidas já apresentadas, gasto extra e renúncia de receita, enfocada em melhorar o setor de saúde e apoio social (Battersby e Ture, 2021) e medidas de crédito e garantia, com foco na manutenção das empresas.

Gráfico 24 – Perfil da resposta fiscal adotada por bloco econômico



Fonte: Elaboração própria com base FMI (2021)

Segundo Gráfico 24, no escopo de países analisados a resposta fiscal à pandemia representou 12% do PIB, sendo o perfil da resposta fiscal enfocada em medidas de gasto extra e renúncia de receita representando cerca de 54,8%, buscando assim, manter o padrão de vida societário evitando grandes impactos à população desses países. Seguimos a análise para o bloco de países desenvolvidos, no qual a resposta fiscal representou 23,4% do PIB, sendo o único a ter enfocado mais em medidas de crédito e garantias cerca de 50,6% do PIB, o que pode ser explicado pelo padrão de vida da sociedade desses países que geralmente apresentam alto

índice em indicadores de qualidade de vida como por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para os blocos de países emergentes e subdesenvolvidos a resposta fiscal representou 7,8% e 3,2% do PIB, respectivamente. O perfil da resposta fiscal é focado em medidas de gasto extra e renúncia de receita, chegando a representar cerca de 61,1% em países emergentes e 82,9% em países subdesenvolvidos, o que indica uma maior necessidade de apoio populacional, principalmente em períodos de crise, indica também que é necessário, por vezes, uma melhor estrutura do setor de saúde desses países, necessitando de mais gastos conseguir sobreviver a esse período.

Por ser uma análise estática não é possível acompanhar a evolução da dívida bruta e déficit primários apresentados, mesmo assim é nítido o efeito trazido por esses pacotes de respostas fiscais.

Ao se pensar no caso brasileiro, a situação se torna muito preocupante, conforme trazido na seção 4.1, os efeitos causados geram um desequilíbrio nas contas brasileiras que vinham se ajustando nos últimos anos. Ao se comparar com os resultados brasileiro com a análise estática realizada em outros países, percebe-se que a dívida bruta brasileira, segundo a base de cálculo do FMI representou em junho de 2021 98,9% do PIB, sendo o país com a segunda maior dívida bruta apresentada para o bloco de países emergentes, representando também 9,8 pontos percentuais a mais que média apresentada para os países desenvolvidos.

A dívida alta somada aos constantes resultados deficitários e instabilidade política apresentada nos últimos, pode ser um indicativo de risco para investidores. Fitch (2021), classificou o Brasil com a nota BB- com uma perspectiva negativa, indicando risco para consolidação fiscal e recuperação econômica.

4.2.6 Comparativo da situação fiscal dos países entre 2019 e 2020

Nesta seção é realizado um comparativo das variáveis resultado primário e dívida bruta nos anos de 2019 e 2020 para o conjunto de países estudados, através de três tabelas, separadas por bloco econômico.

A Tabela 10 abaixo, nos mostra a evolução dessas variáveis no bloco de países desenvolvidos.

Tabela 10 – Comparativo 2019-2020, países desenvolvidos (em % PIB)

Países	Resultado Primário 2019 (a)	Resultado Primário 2020 (b)	Variação (b – a)	Dívida Bruta 2019 (c)	Dívida Bruta 2020 (d)	Variação (d – c)
Alemanha	2,1	-3,8	-5,9	59,6	68,9	9,3
Austrália	-3,0	-9,0	-6,0	47,5	63,1	15,7
Bélgica	-0,2	-8,5	-8,3	98,1	115,0	16,9
Canadá	0,6	-10,3	-10,9	86,8	117,8	31,0
Coreia do Sul	-0,1	-3,3	-3,2	42,2	48,7	6,4
Dinamarca	3,5	-3,8	-7,2	33,0	43,4	10,4
Espanha	-0,8	-9,4	-8,6	95,5	117,1	21,6
Estados Unidos	-3,4	-13,6	-10,2	108,2	127,1	18,9
Finlândia	-0,8	-4,7	-3,8	59,3	67,1	7,8
França	-1,6	-8,7	-7,1	98,1	113,5	15,4
Holanda	3,2	-5,2	-8,3	47,6	54,0	6,4
Itália	1,7	-6,2	-7,8	134,6	155,6	21,0
Japão	-2,4	-11,9	-9,5	234,9	256,2	21,4
Noruega	3,5	-8,9	-12,4	40,9	41,4	0,5
Nova Zelândia	-1,6	-4,9	-3,3	32,1	41,3	9,3
Reino Unido	-0,9	-12,3	-11,4	85,2	103,7	18,4
República Tcheca	0,8	-5,4	-6,2	30,2	37,6	7,3
Singapura	-	-	-	129,0	128,4	-0,6
Suécia	0,4	-4,1	-4,5	35,1	38,5	3,4
Suíça	1,5	-2,4	-4,0	39,8	42,9	3,2
Média do Bloco	0,1	-6,8	-6,9	76,9	89,1	12,2

Fonte: Elaboração Própria com base em FMI (2021)

Observa-se pela Tabela 10, o impacto nítido da pandemia da Covid-19 nas contas públicas dos países desenvolvidos. Dentre os 20 países desenvolvidos analisados, 9 possuíam superávit primário em 2019, já em 2020 19 países apresentaram déficits primários, como não há dados de resultado primário disponíveis para Singapura é possível se dizer que todos os países desenvolvidos com dados disponibilizados apresentaram déficit primário em 2020. Dentre os mais impactados estão Noruega e Reino Unido que tiveram uma variação em seu resultado primário de cerca de -12,4% e -11,4% respectivamente. A média do bloco apresentou uma redução de cerca -6,9 pontos percentuais, passando de 0,1% em 2019 para -6,8% em 2020.

Segundo a Tabela 10 é possível perceber que apenas Singapura dentre os 20 países apresentou uma redução em sua dívida no ano de 2020. Sendo Canadá e Espanha os países que mais aumentaram sua dívida em relação à 2019, cerca de 31,0 e 21,6 pontos percentuais

respectivamente. A média do bloco foi de um aumento na dívida bruta de cerca de 12,2 pontos percentuais, passando de 76,9% em 2019 para 89,1% 2020.

A Tabela 11 a seguir, traz a evolução das mesmas variáveis para o bloco de países emergentes.

Tabela 11 – Comparativo 2019-2020, países emergentes (em %PIB)

Países	Resultado Primário 2019	Resultado Primário 2020	Variação	Dívida Bruta 2019	Dívida Bruta 2020	Variação
África do Sul	-1,3	-7,7	-6,4	62,2	77,1	14,9
Albânia	0,1	-4,6	-4,8	67,8	76,0	8,1
Arábia Saudita	-4,5	-13,0	-8,5	22,8	32,4	9,6
Argentina	-0,4	-6,4	-6,0	90,2	103,0	12,8
Brasil	-0,9	-9,2	-8,3	87,7	98,9	11,3
Bulgária	-0,8	-2,9	-2,1	18,4	23,8	5,4
Cazaquistão	-0,8	-8,0	-7,2	19,9	27,4	7,4
Chile	-2,3	-6,6	-4,3	28,2	32,5	4,3
China	-5,5	-10,4	-4,9	57,1	66,8	9,8
Colômbia	0,0	-4,3	-4,3	52,3	62,8	10,5
Egito	1,4	1,3	-0,1	84,2	90,2	6,0
Emirados Árabes	0,9	-6,9	-7,8	26,8	38,3	11,5
Filipinas	-0,2	-3,5	-3,3	37,0	47,1	10,1
Geórgia	-0,6	-7,7	-7,1	40,4	60,6	20,2
Índia	-2,8	-6,8	-4,0	73,9	89,6	15,7
Indonésia	-0,5	-3,8	-3,3	30,6	36,6	6,1
México	1,4	-0,6	-2,0	53,3	60,6	7,3
Paquistão	-3,5	-1,7	1,7	85,6	87,2	1,7
Peru	-0,2	-6,9	-6,8	27,1	35,4	8,3
Polônia	0,6	-6,9	-7,5	45,7	57,7	12,0
Romênia	-3,5	-8,4	-4,9	36,8	50,1	13,3
Rússia	2,2	-3,6	-5,8	13,8	19,3	5,5
Tailândia	-0,3	-4,2	-4,0	41,0	49,6	8,6
Tunísia	-1,1	-7,2	-6,1	71,8	87,6	15,8
Turquia	-3,8	-3,5	0,3	32,6	36,8	4,2
Média do Bloco	-1,1	-5,7	-4,7	48,3	57,9	9,6

Fonte: Elaboração Própria com base em FMI (2021)

Segundo a Tabela 11, percebe-se que em 2019 dentre os 25 países emergentes analisados apenas 6 apresentavam superávit primário, já em 2020 apenas 1 país, o Egito,

apresentou superávit primário. Apenas dois países apresentaram uma variação positiva em seu resultado primário em percentual do PIB, podendo indicar uma melhora nas contas primárias, são esses países Paquistão e Turquia que apresentaram um aumento de cerca de 1,7 e 0,3 pontos percentuais respectivamente. Dentre os países com maior impacto nas contas primárias, encontram-se Arábia Saudita e Brasil, apresentando uma variação de cerca de -8,5 e -8,3 pontos percentuais respectivamente. A média do bloco apresentou uma queda de cerca -4,7 pontos percentuais, passando de -1,1% em 2019 para -5,7% em 2020.

De acordo com a Tabela 11 é possível perceber que todos os 25 países emergentes analisados apresentaram um aumento em seu endividamento, sendo os países com maior aumento Geórgia e Tunísia, apresentando um acréscimo de cerca de 20,2 e 15,8 pontos percentuais em 2020. A média do bloco para a variável dívida bruta foi de um aumento de cerca de 9,6 pontos percentuais, passando de 48,3% em 2019 para 57,9% 2020.

A Tabela 1 a seguir, traz a mesma evolução das variáveis para o bloco de países subdesenvolvidos.

Tabela 12 – Comparativo 2019-2020, países subdesenvolvidos (em %PIB)

Países	Resultado Primário 2019	Resultado Primário 2020	Variação	Dívida Bruta 2019	Dívida Bruta 2020	Variação
Bangladesh	-3,5	-3,4	0,1	35,7	38,9	3,2
Costa do Marfim	-0,8	-4,0	-3,2	41,2	45,7	4,5
Etiópia	-2,0	-2,4	-0,3	57,7	55,3	-2,5
Gana	-1,7	-9,2	-7,5	63,9	78,0	14,1
Guiné-Bissau	-2,8	-7,5	-4,6	66,9	78,1	11,1
Honduras	0,8	-3,7	-4,5	41,9	48,9	7,0
Mianmar	-2,4	-4,0	-1,6	38,8	39,3	0,5
Níger	-2,6	-4,7	-2,2	39,8	44,2	4,4
Nigéria	-3,1	-3,7	-0,6	29,2	35,1	5,9
Quênia	-3,9	-4,5	-0,6	62,1	68,7	6,5
Senegal	-1,9	-4,3	-2,3	64,8	65,8	1,0
Uzbequistão	-0,3	-3,3	-3,0	29,4	37,9	8,5
Vietnã	-1,9	-4,0	-2,1	43,4	46,6	3,3
Zâmbia	-2,9	-8,3	-5,4	94,5	117,8	23,3
Média do Bloco	-2,1	-4,8	-2,7	50,7	57,2	6,5

Fonte: Elaboração Própria com base em FMI (2021)

Segundo a Tabela 12, em 2019 dos 14 países subdesenvolvidos analisados, apenas 1 apresentava superávit primário, Honduras. Já em 2020 todos os países analisados tiveram déficits primários, sendo Bangladesh o único país a apresentar uma variação positiva em relação à 2019, cerca de 0,1 pontos percentuais. Os países mais impactados neste bloco foram Gana e Zâmbia, apresentando decréscimos de cerca de -7,5 e -5,4 pontos percentuais em 2020. A média do bloco para essa variável apresentou uma redução de cerca -2,7 pontos percentuais, passando de 2,1% em 2019 para -4,8% em 2020.

De acordo com a Tabela 12, percebe-se que apenas a Etiópia apresentou uma queda em seu endividamento, em cerca de -2,5 pontos percentuais. Dentre os 14 países da Tabela 12, os países que apresentaram maior aumento em seu endividamento foram a Zâmbia e Gana, que tiveram uma variação de cerca de 23,3 e 14,1 pontos percentuais respectivamente em comparativo com o ano de 2019. A média do bloco para a variável dívida bruta foi de um aumento de cerca de 6,5 pontos percentuais, passando de 50,7% em 2019 para 57,2% em 2020.

Diante do exposto, é notável o impacto gerado pela pandemia da Covid-19 ao redor do mundo, conforme Guterres (2020) que previu que essa pandemia seria o maior desafio econômico desde a Segunda Guerra Mundial, os impactos gerados devem perdurar ainda por muitos anos nos orçamentos dos países.

Dentre os 59 países analisados apenas 3 apresentaram uma variação positiva em seu resultado primário, sendo o Egito o único país dentre toda a análise a apresentar superávit primário no ano de 2020. Além do impacto primário é possível notar o aumento na dívida bruta ao redor do mundo, sendo dos 59 países analisados apenas 2 apresentaram uma queda em sua dívida bruta no ano de 2020, Singapura e Etiópia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a avaliar o impacto econômico gerado pela pandemia da Covid-19 no Brasil e no Mundo. Os resultados encontrados dão indicativo a uma futura recessão na economia global.

No caso brasileiro, constatou-se um aumento significativo no déficit primário cerca de 681,6% quando comparado ao ano de 2019, com o déficit primário muito acima do valor desejado, a NFSP primário representou 10% do PIB, aumento de 8,9 pontos percentuais em relação à 2019. Ao se comparar com os valores de gasto extra e renúncia de receita apresentados, cerca de 9,2% do PIB, o país precisaria de um financiamento no valor desses gastos mais 0,8% do PIB para suprir suas despesas primárias. Com a necessidade de financiamento alta, a DBGG brasileira apresentou um aumento de 14,5 pontos percentuais, após vir de um período de estabilização, indicando um alto efeito econômico causado pela pandemia.

Ao analisar de maneira estática os indicadores para o total de países estudados, percebe-se o alto nível de gastos para mitigar os efeitos da Covid-19 no Mundo. Para o conjunto de países analisados, apresentou-se uma média de 6,6% do PIB em medidas de gasto extra e renúncia de receita, 5,4% em medias de crédito e garantia. Destaca-se também os pacotes fiscais apresentados pelos países em forma de resposta à pandemia. Sendo a média de gastos dos 59 países estudados em 12% do PIB. Analisando a evolução no resultado primário e na dívida bruta entre 2019 e 2020, percebe-se que nos 59 países analisados houve uma queda no resultado primário em média de cerca de -5,1 pontos percentuais e um acréscimo de cerca de 9,7 pontos percentuais na dívida bruta.

O seguinte trabalho buscou avaliar essas medidas através de uma análise por estatística descritiva, servindo de base para avaliações posteriores, pois apresentou uma alta gama de dados organizados permitindo análises para diversas áreas do conhecimento. Dentre os possíveis aprimoramentos, sugere-se um estudo do caso brasileiro com o intuito de se determinar a eficiência do Governo Federal na resposta à Covid-19, abordando as medidas adotadas, o impacto econômico gerado e o número de mortes causadas pela doença, trazendo um comparativos com a Argentina por ter apresentado medidas mais restritivas em relação à pandemia, ter apresentado uma variação em sua dívida bruta apenas 1,5 pontos percentuais acima da brasileira, uma variação em seu resultado primário 2,3 pontos percentuais acima do brasileiro e ter apresentado menos de 20% do número total de mortes ocorridas no Brasil.

REFERÊNCIAS

GIAMBIAGI, Fabio. **Finanças Públicas - Teoria e Prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. 9788595154773. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154773/>. Acesso em: 17 out. 2021.

JOSÉ, MATIAS-PEREIRA. **Finanças Públicas**, 7ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. 9788597012972. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012972/>. Acesso em: 17 out. 2021.

CREPALDI, Silvio. A. **Orçamento público: planejamento, elaboração e controle** - 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. 9788502201927. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502201927/>. Acesso em: 17 out. 2021.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 15 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **OPAS**. Folha informativa sobre COVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19> Acesso em: 15 de out. de 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **OPAS**. Histórico da pandemia de COVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 15 de out. de 2021.

DASA, Equipe. Lockdown durante a pandemia do Coronavírus: o que é e quais países adotaram. **DASA**, 2021. Disponível em: <https://dasa.com.br/blog/coronavirus/lockdown-coronavirus-significado/>. Acesso em: 15 de out. de 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Ministério da Saúde**, 2021. Como é transmitido?. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-e-transmitido>. Acesso em: 14 de out. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Ministério da Saúde**, 2021. Como se proteger?. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-se-proteger>. Acesso em: 14 de out. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World Health Organization**, 2021. Listings of WHO's response to COVID-19. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/29-06-2020-covidtimeline>. Acesso em: 16 de out. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. World Health Organization, 2021. WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 16 de out. 2021.

SCHUELER, Paulo. O que é uma pandemia. **FIOCRUZ**, 2021. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em 16 de out. 2021.

PLETT-USHER, Barbara. Coronavirus: Greatest test since World War Two, says UN chief. **BBC**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-52114829>. Acesso em: 14 de out. 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Ministério da Economia**, 2021. Apresentação - Análise do Impacto Fiscal das Medidas de Enfrentamento à Covid-19 (03/05/2021). Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planilhas/covid-19/2021-05-03-transparencia_coletiva_covid_vf.pdf/view. Acesso em 20 de set. de 2021.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, **Tesouro Nacional Transparente**. Séries Temporais do Tesouro Nacional. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/series-temporais-do-tesouro-nacional>. Acesso em 09 de out. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. SCNT - Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?edicao=30161&t=resultados>. Acesso em 07 de out. 2021.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Portal da Transparência**. Orçamento anual, 2021. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento?ano=2020>. Acesso em: 07 de out. 2021.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **IMF**. DATABASE OF FISCAL POLICY RESPONSES TO COVID-19, 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Fiscal-Policies-Database-in-Response-to-COVID-19>. Acesso em: 21 de set. de 2021.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **IMF**. WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2021. Disponível em:
<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/03/23/world-economic-outlook-april-2021>. Acesso em: 21 de set. de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **BCB**. SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1, 2021. Disponível em:
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 09 de out. de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **BCB**. Estatísticas fiscais - Todas as publicações, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/historicofiscais>. Acesso em: 09 de out. de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Estatísticas Fiscais**, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/Estatisticasfiscais.pdf>. Acesso em: 11 de out. de 2021.

BATTERSBY, Bryn; TURE, Elif. **Government Support to Firms During COVID-19: Benefits, Costs, and Risks**, 2020. Palestra proferida no Annual and Spring Meetings. Disponível em: <https://www.imf.org/en/videos/view?vid=6200555313001>. Acesso em: 12 de out. 2021.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **IMF**. Government finance statistics manual, 2014. Disponível em: <https://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2021.

FITCH RATINGS. **Fitch Ratings**. Fitch Affirms Brazil at 'BB-'; Outlook Negative, 2021. Disponível em: <https://www.fitchratings.com/research/sovereigns/fitch-affirms-brazil-at-bb-outlook-negative-27-05-2021>. Acesso em: 16 de out. 2021.

ALBUQUERQUE PEREIRA, J. F.; SOBREIRA CIALDINI, A.; MACHADO, M. V. V.; RODRIGUES RIBEIRO MACÊDO, F. F. **Equilíbrio fiscal em tempos de pandemia: estudo nas capitais das unidades federativas do Brasil**. Revista Controle - Doutrina e Artigos, v. 19, n. 2, p. 15-41, 20 maio 2021.

FUJIWARA, R. S.; CHOROPACZ, F.; OFFMANN, D. **Administração tributária municipal e a covid-19: um estudo do impacto nas receitas tributárias e nos serviços públicos**. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 3, n. 8, 1 Aug. 2020.

GUTIERREZ, Margarida; LICHA, Antonio. **O financiamento do déficit fiscal brasileiro na pandemia do Covid-19**. Grupo Conjuntura e Economia Aplicada, Rio de Janeiro, março 2021.

CARQUEIJA, J. C.; SOUZA, G. J.; CARAVALHO SILVA, M. V. D; COSTA, I. T. L G.; SILVA, F. C. C. **Principais impactos dos gastos públicos com o enfrentamento à pandemia: uma análise prévia dos aspectos contábeis e do cenário econômico do brasil**. Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão, v. 5, n. 1 p. 18-41, julho 2021.

ORAIR, Rodrigo Octávio. **Política fiscal e resposta emergencial do brasil à pandemia**. IPEA data Políticas Sociais: acompanhamento e análise, nota 3, 2021.

MAKIN, Anthony J; LAYTON, Allan. **The global fiscal response to COVID-19: Risks and repercussions**. Economics Analysis and Policy 69, 340-349, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13 de out. 2021

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **OECD**, 2020. Equity injections and unforeseen state ownership of enterprises during the COVID-19 crisis. Disponível em: <https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/equity-injections-and-unforeseen-state-ownership-of-enterprises-during-the-covid-19-crisis-3bdb26f0/>. Acesso em: 13 de out. 2021.

FILGUEIRA, Fernando; BLOFIELD, Merike. **COVID19 and Latin America: Social Impact, Policies and a Fiscal Case for an Emergency Social Protection Floor**. CIPPEC, abril de 2020.

APÊNDICE A – LISTA DE PAÍSES ANALISADOS

Bloco de países desenvolvidos

Suécia
Finlândia
Noruega
Suíça
Coreia do Sul
Holanda
Dinamarca
Canadá
Bélgica
Austrália
Nova Zelândia
Espanha
Singapura
França
República Tcheca
Estados Unidos
Reino Unido
Alemanha
Japão
Itália

Bloco de países emergentes:

Egito
México
Paquistão
Emirados Árabes
Arábia Saudita
Tunísia
Filipinas
Albânia

Indonésia

Rússia

China

Geórgia

Argentina

Cazaquistão

Romênia

Índia

Bulgária

África do Sul

Colômbia

Polônia

Turquia

Brasil

Tailândia

Chile

Peru

Bloco de Países subdesenvolvidos:

Mianmar

Bangladesh

Níger

Vietnã

Zâmbia

Nigéria

Costa do Marfim

Quênia

Etiópia

Honduras

Gana

Senegal

Uzbequistão

Guiné-Bissau